

ESTUDOS MEDIEVAIS NO BRASIL

Hilário Franco Jr.

Universidade de São Paulo

Yara Frateschi Vieira

Universidade Estadual de Campinas

Lênia Márcia de Medeiros Mongelli

Universidade de São Paulo

Três áreas atraem atualmente de preferência a atenção dos medievalistas brasileiros: História, Filosofia e Letras (Linguística e Literatura). Atendendo à natureza desta revista, aos interesses dos autores e às peculiaridades da formação e desenvolvimento dos estudos medievais no Brasil, decidimos focar aqui principalmente o domínio das Letras e da História, dividindo o trabalho em três partes: 1) uma reflexão sobre os pressupostos históricos, teóricos e metodológicos dos estudos medievais no Brasil; 2) uma análise da primeira fase de formação desses estudos, desde o século XIX até meados do XX; e 3) uma visão do estado atual dos trabalhos e das suas perspectivas para o futuro. Os autores são citados na ordem de responsabilidade por parte.

1. Estudos medievais no Brasil ou do Brasil?

O desenvolvimento nas últimas décadas do medievalismo em países que não passaram pela Idade Média comprova, se preciso fosse, que toda periodização e rotulação em História resultam mais de representação do que de observação. Toda época evidentemente é contemporâ-

nea a si mesma, e os olhares que cada uma delas lança sobre o passado são reconstrução que inverte ou reforça sua própria escala de valores. "Idade Média" não é dado de realidade, é conceito. É produto cultural. Daí porque o perfil da Idade Média varia tanto conforme a abordagem metodológica que recebe.¹ Benedetto Croce observou com razão que as mudanças das condições humanas alteram as perspectivas historiográficas e "talvez Antigüidade, Idade Média e Idade Moderna serão reunidas em uma única época".² Lucien Febvre completou, lembrando que cada época constrói mentalmente sua representação do passado, "sua Roma e sua Atenas, sua Idade Média e seu Renascimento".³ Por ser produto cultural é que aquela etiqueta pôde receber ao longo do tempo tantas adjetivações, várias vezes contraditórias entre si. Algumas de caráter cronológico ("alta", "central", "baixa", "nova", "longa", etc.), outras, geográfico ("ocidental", "oriental", "japonesa", etc.), outras ainda, civilizacional ("bizantina", "muçulmana", "gótica", "romântica", "real", etc.).

Mas isso não explica porque tal rótulo historiográfico é mais move-dição que outros. Considerando, com Croce, que ciência cuida do abstrato e arte, do real —real concreto no caso da história, real possível no caso da poesia— poder-se-ia pensar que "Idade Média" paga um preço por suas paternidades e adoções mais poéticas que historiográficas (Petrarca, Bussi, Vasari, Hugo, mas também Michelet). A hipótese não é descabida, porém insuficiente. Deve-se, talvez, especular pelo lado da relação entre o momento que analisa e aquele que é analisado. É a visão atual que dá força e coesão ao passado, propusera Michelet; "toda verdadeira história é história contemporânea", proclamou Croce; a história é o modo como concebemos o mundo *sub specie proeteritorum* percebeu Oakeshott; é fundamental que o presente formule questões ao passado para que ambos os momentos ganhem sentido, ensinou Bloch; para que esse diálogo entre épocas seja fecundo, devem-se colocar

¹ Giorgio Falco, *La polemica sul Medioevo* [1977], Nápoles, Guida, 1988.

² Benedetto Croce, *Teoria e storia della storiografia* [1917], ed. Giuseppe Galasso, Milão, Adelphi, 1989, p. 124.

³ Lucien Febvre, *Problème de l'incroyance au XVI siècle. La religion de Rabelais* [1942], Paris, Albin Michel, 1968, p. 12.

ao passado questões que não são do passado, completou Loraux.⁴ O processo que transforma o passado em história decorre, portanto, da relação do presente com o passado estudado. Ora, a Idade Média não oferece aos séculos XIX-XXI (que lhe dedicam atenção antes ausente) a distância crítica da Antiguidade nem a proximidade cúmplice das Idades Moderna ou Contemporânea. A Idade Média tornou-se objeto de projeção sobre o qual certos períodos lançam seus fantasmas (Renascimento, Iluminismo) ou suas fantasias (Romantismo, século XX).

Logo, todo trabalho historiográfico —no sentido largo de trato com o passado, pouco importa se a partir de fontes e métodos diplomáticos, filológicos, literários, filosóficos, iconográficos, arqueológicos, etc.— repousa sobre complexo e precário equilíbrio entre o presente do observador e o passado observado. O respeito total ao passado pregado pela erudição da segunda metade do século XIX limitava o trabalho do estudioso a descobrir, selecionar, organizar e publicar os fragmentos daquele passado. Tal postura, reconheceu-se depois, não eliminava a intervenção do presente em cada uma daquelas etapas do estudo. Tanto que, revelando sua marca de nascença, por muito tempo a definição de "Idade Média" foi rigidamente cronológica (entre os séculos V e XV, com pequenas variantes) e eurocêntrica. Nos estudos medievais brasileiros não foi diferente. Os espaços de especialização acadêmica cuidavam (e ainda cuidam) de bem traçar seus limites. O medievalismo nacional teve por décadas diálogo reduzido entre suas subáreas (história, filologia, literatura, filosofia, iconografia, ciências, etc.), distâncias que vêm sendo superadas de forma mais rápida do que aquelas que o separam de outros ramos das Ciências Humanas (Antropologia, Linguística, Psicologia, etc.).

O ponto central —por suas implicações epistemológicas e metodológicas— parece ser, todavia, o lugar que o medievalismo deve ocupar na paisagem intelectual nacional. Trata-se de área do conhecimento exógena e mesmo um pouco excêntrica, exercício erudito desconecta-

⁴ Jules Michelet, "Préface" [1869], *Histoire de France*, ed. Paul Viallaneix, Paris, Flammarion, 1974 (*Oeuvres Complètes*, IV), pp. 14-15; Croce, *ob. cit.*, p. 14; Michael Oakeshott, *Experience and its modes*. Cambridge, CUP, 1933, p. 111; Marc Bloch, *Apologie pour l'Histoire ou métier d'historien* [1949], ed. Etienne Bloch, Paris, Armand Colin, 1993, pp. 90-95; Nicole Loraux, "Éloge de l'anachronisme en histoire", em *Le genre humain*, 27 (1993), p. 28.

do com a realidade cultural ambiente, ou, ao contrário, de instrumento de peso para a compreensão dessa realidade? A resposta brota mesmo de um olhar rápido e superficial sobre a reflexão que o país faz de si mesmo. As interpretações sobre o Brasil partem do "fato" de ele ter sido "descoberto" em 1500, no começo da "Idade Moderna", sem tomar em conta a longa história que seus colonizadores europeus, permanentes ou circunstanciais, traziam consigo. Examinar o Brasil a partir do nascimento, e não da gestação, é escolha que revela o desejo de certa auto-imagem e que condiciona o desenrolar da análise, conduzindo-a a diversos impasses. Toda personalidade coletiva é constituída, mais do que as individuais, por inúmeros fatores anteriores à sua corporificação: negar-lhes cidadania analítica não os elimina do modo de ser brasileiro, e reduz o alcance da compreensão pretendida.

Bom exemplo desse procedimento é um clássico do assunto, talvez o maior deles, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda.⁵ Interpretação plena de *finesse* e inteligência que nos parece, contudo, incorrer naquela mesma distorção de perspectiva. E no entanto a metáfora "raízes" indica como objeto não a árvore visível, o Brasil histórico conhecido, bem ou mal, por todos, e sim a parte oculta sob a terra e que determina as características dessa árvore esfíngica. O grande historiador não levou na devida conta, a nosso ver, sua própria metáfora. As raízes do Brasil evidentemente antecedem o Brasil. Elas são anteriores a 1500. Elas encontram-se no período que se convencionou chamar de Idade Média. Curiosamente, aquilo que a extrema erudição de Sérgio Buarque de Holanda não chegou a captar, a sensibilidade poética de seu filho expressou através de outra metáfora, que ultrapassou mesmo sua intenção imediata: "Esta terra ainda vai cumprir seu ideal / Ainda vai tornar-se um imenso Portugal".⁶

⁵ São Paulo, Companhia das Letras, reedição 1997; tradução francesa de Marlyse Meyer, Paris, Gallimard, 1998; tradução italiana de Nello Avella, Florença, Giunti, 2000.

⁶ Chico Buarque e Ruy Guerra, "Fado tropical" [1972-1973], em *Chico Buarque. Letra e música*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 105. A intenção política da música era criticar a ditadura militar brasileira que endurecia naquele momento e poderia vir a ser como a longeva (desde 1926) e repressora ditadura militar portuguesa.

A pequena atenção dada à Idade Média pelo nosso maior historiador deveu-se provavelmente às circunstâncias históricas em que escreveu e à sua admiração pela cultura renascentista. Quanto a este último ponto, observou-se, com acerto, a atração do autor de *Raízes do Brasil* pelo Renascimento, a cujo modelo de civilização pretendia mostrar que o país estava filiado.⁷ Quanto ao primeiro ponto, já se assinalou que um dos traços distintivos da obra de Sérgio Buarque em relação à de outros "inventores" do Brasil foi justamente sua visão do futuro naquele momento de acentuada transição econômica, social e política do país.⁸ E com efeito, se considerarmos a data não somente da primeira (1936), mas igualmente da segunda (1947) e da terceira e definitiva edição (1955) do livro, bem como o perfil intelectual consciente e engajado de Sérgio Buarque, pode-se pensar que o erudito não conseguiu escapar aos condicionamentos que lhe impunham aqueles momentos-chave na trajetória histórica recente do Brasil: Constituição de 1934 que atenuou o autoritarismo do Estado Novo, redemocratização do país em 1946, suicídio do presidente Getúlio Vargas em 1954.

Aceitar ou negar o Renascimento dos séculos XV-XVI como ruptura histórica é questão complexa e apaixonante, porém na verdade secundária para as reflexões que aqui propomos na medida em que o alcance daquele fenômeno histórico foi limitado em Portugal.⁹ Importante é perceber que a experiência colonial moderna dos ibéricos de certa forma prolongou sua experiência colonial medieval, com a conquista da América aos pagãos indígenas correspondendo à reconquista da península aos "pagãos" mouros: o tradicional grito guerreiro desta, invocando Santiago, foi utilizado naquela, por exemplo no Maranhão em princípios do século XVII.¹⁰ Nos dois casos, o processo não foi obra dos setores mais progressistas da sociedade, embora estes tenham

⁷ Nello Avella, "Il ritorno del Maestro cordiale", na tradução italiana citada na nota 5, pp. 21-22 e 26.

⁸ Fernando Henrique Cardoso, "Prefazione" à edição italiana, pp. 5-7.

⁹ José Sebastião da Silva Dias, *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, Lisboa, Presença, 1973.

¹⁰ Diogo de Campos Moreno, *Jornada do Maranhão por ordem de S. Magestade feita o anno de 1614*, Lisboa, Academia Real de Ciências, 1812 (Collecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos domínios portugueses, I-IV), pp. 32-33 e 58. Também nas tentativas coloniais portuguesas na África, no século XVI, mantinha-se o mesmo espírito cruzadístico e a mesma

a partir de um segundo momento se beneficiado dele. Enquanto a colonização inglesa da América foi realizada por segmentos sociais modernos, gente que buscava novos horizontes, a colonização portuguesa foi obra de setores ainda medievais, que pretendiam reproduzir em outro palco, mais amplo e rico, o enredo histórico anterior.

Isto não significa negar ou minimizar as rupturas, as novidades, os elementos modernos presentes no Brasil desde os primeiros tempos. Mas justamente porque a supervalorização historiográfica desses dados impediu a percepção dos dados medievais, é preciso chamar atenção para as continuidades. Ou seja, os componentes históricos já ultrapassados na metrópole, ou em via de o serem, e introduzidos com vigor na colônia, daí terem sobrevivido à separação política com a metrópole e gerado o clima de arcaísmo ainda presente em muitas facetas do Brasil. No entanto, a contribuição medieval na formação do Brasil continua quase sempre sendo deixada de lado pela historiografia nacional, apesar dos inegáveis avanços dela nas últimas décadas. Talvez não somente por tradicionalismo cronológico, mas também porque —diante do ainda arraigado preconceito em relação à Idade Média presente na opinião pública— aceitar nossas feições medievais pareceria alimentar aquilo que o dramaturgo Nelson Rodrigues chamava de "complexo de vira-latas [...] a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo".¹¹

Por esta razão foi um estudioso estrangeiro, o mexicano Luis Weckmann, que tratou da presença da Idade Média na vida brasileira. A obra sintomaticamente teve pouca repercussão, embora de forma conservadora tenha limitado aquela influência ao período colonial. Ele observa com razão que as metrópoles ibéricas não conheceram um Renascimento pleno que tenha representado, como em outras partes da Europa, transição da Medievalidade para a Modernidade. Mal tocados pela cultura renascentista, Espanha e Portugal continuaram a produzir no século XVI uma literatura cavaleiresca tardia, escritos místicos e uma espécie de novos monges-guerreiros, os jesuítas. Na América ibérica,

intervenção de Santiago, cf. *Trovas do Bandarra*, 80, ed. de Nantes de 1644, Lisboa, Inapa/Academia Portuguesa de História, 1989, p. 33.

¹¹ Nelson Rodrigues, "Complexo de vira-latas" [1958], em ídem, *À sombra das chuteiras imortais. Crônicas de futebol*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 52.

ele conclui, o outono da Idade Média ocorreu apenas no século XVII.¹² Se essa cronologia pode em linhas gerais ser aceita no plano institucional, político e econômico, não o pode no social, cultural, religioso e psicológico. Diversos traços medievais continuaram presentes nos tempos seguintes, e alguns até hoje.

Para captá-los é necessário ampliar o campo temporal observado, o *corpus* documental examinado, o instrumental metodológico utilizado. Deve-se alargar a atenção para a Europa medieval em geral e Portugal em particular. Não basta, porém, o cuidado do historiador em ressuscitar os fragmentos mortos do passado, é preciso também um olhar de etnólogo sobre as manifestações vivas do presente que carrega aquela herança. Todo material disponível, mesmo aquele aparentemente menos nobre que crônicas, diplomas e peças arqueológicas, deve ser analisado. Sabe-se hoje, com efeito, que tanto o documento histórico quanto o etnográfico ganham esse estatuto ao serem utilizados enquanto índices explicativos das questões que lhe são colocadas: as fontes não criam o historiador e o etnólogo, e sim o inverso.

Esse material ampliado não revela, porém, por si só, o objeto em questão. Ele deve ser processado por método adequado. Possibilidade interessante é o método regressivo de Marc Bloch, que propugna ir do mais ao menos conhecido, passar o filme "em sentido inverso", fazer constantes idas-e-vindas entre passado e presente. Outra possibilidade é a história do tempo presente —praticada desde Heródoto, mas descartada pelos positivistas que consideravam histórico apenas aquilo que não se pode observar diretamente, e rejeitada pela corrente dos *Annales* que a identifica com a história factual— fundada sobre testemunhos orais (mesmo quando relativos a um passado distante do interlocutor) e motivada pela demanda social de temas imediatos e difíceis (no caso brasileiro, por exemplo compreender as misérias sociais e políticas do país). Uma terceira via metodológica é a antropologia histórica, cujas perspectivas cronológicas enfocam a longa duração, os fatos repetidos,

¹² Luis Weckmann, *La herencia medieval del Brasil*, México, Fondo de Cultura Económica, 1993, cf. também *La herencia medieval de Mexico*, México, El Colegio de México, 1984, 2 volumes. De forma geral, por motivos provavelmente opostos aos dos brasileiros, também os estudiosos estrangeiros não levam em conta as raízes medievais na formação do Brasil. Exemplo recente é Bartolomé Benassar e Richard Marin, *Histoire du Brésil, 1500-2000*, Paris, Fayard, 2000.

o cotidiano, a mentalidade; cujas perspectivas sociológicas valorizam o grupo e nele a dinâmica de subgrupos sexuais, etários, funcionais; cujas perspectivas culturais reavaliam o carismático (oficial e marginal) e a civilização material (técnicas, saberes, corpo, alimentação, etc).¹³

No cruzamento e adaptação dessas sugestões, podemos pensar numa etnologia retrospectiva, isto é, uma variante da terceira proposta que examine os temas da segunda na seqüência da primeira, e, mais importante, cuja diacronia invertida abra janelas para olhares sincrônicos que não se deixem enganar por aculturações recíprocas. Embora seja o grande tabu dos historiadores, a diacronia precisa ser relativizada. "A sucessão histórica é um demônio", alertava Michael Oakeshott.¹⁴ A história, diz ele, não é uma seqüência de fatos, é um mundo cujas várias partes se tornam inteligíveis apenas mutuamente, por meio das relações entre elas. Ora, uma dessas partes, central, é o próprio presente do historiador, pois não existe passado imutável e completo, passado morto, que seria incognoscível. Como o contato com o passado ocorre através de fragmentos que chegaram até o historiador, aquilo que ele supõe ter acontecido a rigor é apenas o que a evidência o obriga a acreditar. Trata-se, portanto, de experiência vivida pelo historiador e, como toda experiência é presente, o passado histórico não é na verdade passado, é presente.

Com esse olhar abrangente e ágil pode-se constatar ao longo da história do Brasil, e mesmo hoje em certas manifestações da vida nacional, uma Idade Média ainda mais longa do que aquela definida para a Europa por Jacques Le Goff.¹⁵ Falamos, é claro, não propriamente de uma Idade Média brasileira, e sim de um sistema de valores medievais no Brasil. Como Mário Martins percebeu, "a maneira medieval de

¹³ Marc Bloch, *Les caractères originaux de l'histoire rurale française* [1931], Paris, Armand Colin, 1976, vol. I, p. xiv; *Apologie pour l'Histoire*, *ob. cit.*, pp. 96-97; Olivier Lévy-Dumoulin, "Temps présent", em *Notions*, Paris, Encyclopaedia Universalis, 2004, pp. 1019-1021; Jacques Le Goff, "L'historien et l'homme quotidien" [1972], em ídem, *Pour un autre Moyen Âge*, Paris, Gallimard, 1977, pp. 335-348.

¹⁴ *Ob. cit.*, p. 92.

¹⁵ *Un long Moyen Âge*, Paris, Tallandier, 2004, onde a datação é variável: ora a "longa Idade Média" vai até fins do século XVIII com resquícios ao longo do século XIX (p. 15), ora termina em 1800 (p.59), ora se desfaz entre 1750 e 1850, para acabar ao longo da década de 1950 (p. 57).

ser e de sentir a sua mundividência e também o seu conteúdo poético e social [prolongaram-se] no nordeste brasileiro onde o poder central nem sempre conseguiu impor-se, dando origem a uma espécie de vida feudal, com a psicologia correspondente", pois "a Idade Média não é um tempo, mas antes certo modo de ser e de estar no mundo".¹⁶ No entanto é preciso distinguir entre duas situações de sentido diverso, embora próximas na aparência. Há fenômenos da história brasileira que se poderia estar tentado a classificar de medievais, e que a rigor são realidades antropológicas encontráveis em diferentes épocas e sociedades. O analfabetismo ou a violência social, por exemplo, algumas vezes taxados de medievais, são-no apenas por metáfora ou analogia. Outras características brasileiras, pelo contrário, podem ser legitimamente chamadas de medievais por resultarem de uma continuidade histórica, explícita ou latente, de longa duração. São frutos de nossas raízes medievais, como a religiosidade ardente e abrangente ou a pequena distinção entre as esferas pública e privada.

A duplicidade do Brasil é evidente —favelas ao lado de edifícios imponentes, regiões atrasadas ao lado de outras avançadas, práticas sociais e culturais tradicionalistas ao lado de práticas bem contemporâneas— mas o reconhecimento da sua medievalidade é difícil. Estudiosos de diferentes áreas propuseram diferentes rotulações para o fenômeno. Um historiador fala na justaposição de épocas, a contemporânea das grandes cidades próximas ao litoral, a imperial das pequenas cidades do interior, a colonial das aldeias, a neolítica das zonas indígenas; outro historiador percebe após a Abolição da escravatura (1888) um Brasil "americano" no Sul/Sudeste contraposto ao Brasil "ibérico" do Norte/Nordeste; um sociólogo constata a existência de "dois Brasis" separados "por diferenças de idade", um moderno, outro arcaico, que ele chama de colonial; um etnólogo refere-se a "terra de contrastes" na qual "as épocas históricas misturam-se umas nas outras".¹⁷ Avaliações corretas, porém insuficientes por evitarem a hipótese medieval.

¹⁶ Mário Martins, "A sobrevivência da epopéia carolíngia no Brasil", em ídem, *Estudos de cultura medieval*, Lisboa, Brotéria, 1983, vol. III, pp. 418 e 432.

¹⁷ Respectivamente, Pedro Calmon, *Espírito da sociedade colonial*, São Paulo, Nacional, 1934, p. 197; Buarque de Holanda, *ob. cit.*, pp. 171-176; Jacques Lambert, *Os dois Brasis*, Rio de Janeiro, MEC, 1959; Roger Bastide, *Brésil, terre des contrastes* [1957], Paris, L'Harmattan, 1999, p. 16.

Uma visão medievalizante do Brasil não significaria, contudo, anacronismo, o "pecado irremissível" do historiador contra o qual pregou Lucien Febvre?¹⁸ A resposta é negativa em relação às duas acepções de anacronismo. A literal, que o define como processo de antedatção, enquanto a rigor aquela visão apenas corrige a distorção inversa, o paracronismo que é associar a origem do Brasil à Idade Moderna. A figurada, que considera anacronismo um erro cronológico, uma mistura de épocas, enquanto escrever história é sempre exercício de anacronia, é, como já lembramos, mesclar consciente ou inconscientemente elementos do presente e do passado. O anacronismo que o co-fundador dos *Annales* critica não é de um evento, é de um pensamento —Rabelais visto como ateu. Ora, quando Febvre pensa que anacronismo não é apenas algo que não existiu em determinada época, e sim algo que não podia existir naquela época, ele próprio comete anacronismo, traça o perfil de um período a partir do de um outro. Da mesma forma, negar caracteres medievais ao Brasil porque ele teria surgido alguns anos depois do limite cronológico que se atribui à Idade Média, é projetar este conceito (do século XIV) e sua datação (elaborada em 1688) a outro período. Tecnicamente, é tão anacronismo quanto aquilo que se pretenderia negar.

Mas o importante não é isso. É lembrar que a História em si mesma é anacronia no sentido de que não existe período temporalmente homogêneo. Os recortes realizados por necessidade de análise superpõem camadas temporais diferentes, com ritmos próprios. Um recorte estreito, digamos um ano, uma década ou mesmo uma geração, pode ocultar temporalidades mais lentas, como comportamentos demográficos, religiosidade, certas expressões culturais. Recortes amplos —como os muitos séculos da "Idade Média"— forçosamente implicam considerar a articulação entre as várias camadas de sua estratigrafia temporal, e portanto a anacronia inerente ao próprio objeto. Embora reconheça a multiplicidade de tempos, o discurso do historiador não consegue evitar

¹⁸ Lucien Febvre, "Deux philosophes opportunistes de l'Histoire. De Spengler à Toynbee" [1936], em ídem, *Combats pour l'Histoire*. Paris, Armand Colin, 1992, p. 142; *Problème de l'incroyance*, ob. cit., p. 15. Se Febvre nega as relações entre História e Psicologia ("Histoire et Psychologie" [1938], *Combats*, pp. 207-220), é justamente pelo fato de a *psyché* ser fonte de anacronismos.

certa unificação deles.¹⁹ O Rabelais que Febvre apresenta, por exemplo, é agente histórico que trabalha em um puro presente, totalmente contemporâneo a si mesmo, uma eucronia ideal²⁰ criada pelo historiador e que se revela outro anacronismo. Aliás, um elemento tão fundamental quanto prosaico no estudo do passado, a datação, não é frequentemente anacronismo? Reduzir os diferentes sistemas cronológicos do passado ao próprio sistema do historiador não o testemunha? A pregação contra o anacronismo não consegue eliminar as anacronias da História, que por sua vez tornam difícil evitar anacronismos na escrita da história.

Daí a crescente tendência historiográfica, desde fins do século XX, de valorizar o anacronismo como fonte de instigação, se não de conhecimento histórico. É o que pensa, por exemplo, a helenista Nicole Loraux, para quem "o medo do anacronismo é bloqueador", impede ao historiador a prática da analogia que guia o antropólogo em diversas reflexões. Também o historiador deveria ter a "audácia [...] de assumir o risco do anacronismo", que se impõe por ser "o presente o mais eficaz dos motores da pulsão de compreender".²¹ É o que avalia também o contemporaneista Jacques Rancière, argumentando que se os homens sempre tivessem sentido, agido e pensado de acordo com o seu tempo, a mutação histórica estaria condenada: o conceito de anacronismo é portanto, para ele, anti-histórico, porque oculta as próprias condições de historicidade.²² É o que propõe ainda o historiador da arte Georges Didi-Huberman, ao ponderar que os contemporâneos de um mesmo tempo com frequência não se compreendem melhor que indivíduos separados no tempo, para concluir que "o anacronismo atravessa todas as contemporaneidades", que ele é necessário e fecundo "quando o passado se revela insuficiente, quando constitui mesmo um obstáculo para a compreensão do passado".²³

¹⁹ Reinhart Koselleck, *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlichen Zeiten*, Frankfurt, Suhrkamp, 1979.

²⁰ Jacques Rancière, "Le concept d'anachronisme et la vérité de l'historien", em *L'inactuel. Psychanalyse et culture*, 6 (1996), p. 62; Georges Didi-Huberman, *Devant le temps. Histoire de l'art et anachronisme des images*, Paris, Minuit, 2000, p.15. O neologismo *euchronie* pretende designar a sincronia total (e apenas teórica) de um tempo consigo mesmo.

²¹ *Art. cit.*, pp. 22-39.

²² *Art. cit.*, pp. 66-68.

²³ *Ob. cit.*, pp.15 e 19.

O fenômeno é todavia complexo, e a duplicidade do Brasil atual não pode ser reduzida a uma simplista classificação do país em medieval no Norte e Nordeste e moderno no Sul e Sudeste. Do ponto de vista factual, porque os colonizadores portugueses e seus descendentes espalharam-se, em momentos e intensidades desiguais, por grande parte do atual território brasileiro; porque posteriormente a migração interna —que envolveu 10% da população total em 1950— sobretudo no sentido norte-sul, favoreceu numa fase inicial a circulação do sistema de valores medievais, antes de enfraquecê-lo numa segunda fase diante das pressões da cultura dominante na região de instalação. Do ponto de vista epistemológico, porque a dinâmica histórica global resulta de ritmos assimétricos de cada um dos níveis do viver coletivo, aquilo que chamamos hoje de político, institucional, econômico, social, cultural, religioso, mental.

Mais apropriadamente, então, poderíamos definir o Brasil de hoje como interação de zonas de medievalidade com bolsões de modernidade e zonas de modernidade com bolsões de medievalidade. É esse o contraste que chama atenção e explica a dinâmica histórica própria do país. As fortes oscilações na trajetória nacional resultaram de concepções de mundo e de ritmos históricos diferentes, cuja relação foi se tornando crescentemente difícil com a nova imigração europeia e asiática na passagem do século XIX ao XX e com o avanço da industrialização e da urbanização a partir de meados do século XX. De qualquer maneira, as "estruturas fundamentais [que] persistem na sociedade europeia do século IV ao XIX"²⁴ são no essencial as mesmas que persistem no Brasil do século XVI ao XX. Todavia a esse diagnóstico devem ser adaptadas duas judiciosas observações de Loraux: é preciso cuidado para não se buscar no passado medieval europeu prefigurações do presente brasileiro; deve-se reconhecer que a reflexão sobre problemas medievais do Brasil atual é mais fecunda do que uma reflexão hipotética sobre aspectos brasileiros da sociedade medieval.²⁵

²⁴ Jacques Le Goff, "Pour un long Moyen Âge", em ídem, *L'imaginaire médiéval*, Paris, Gallimard, 1985, p. 10.

²⁵ Loraux, *art. cit.*, pp. 28 e 32.

De toda forma, está-se falando de comparação, recurso cognitivo essencial, defendido mesmo por quem teme o anacronismo.²⁶ No entanto o comparatismo diacrônico tal qual praticado pela etnologia de Frazer, pela filosofia de Spengler ou pela história de Toynbee²⁷ sempre provocou desconfiança entre os historiadores desde as críticas dos fundadores dos *Annales*. Bloch minimiza a abordagem de Frazer porque "seu postulado, ao mesmo tempo conclusão à qual ela sempre chega, é a unidade fundamental do espírito humano".²⁸ Febvre censura a Spengler e Toynbee o enfoque muito amplo que os levou à formulação de leis históricas universais.²⁹ O método comparativo considerado mais rigoroso e científico foi o sincrônico, sugerido por Langlois, defendido por Pirenne, praticado por Bloch.³⁰ Entretanto, independentemente do tipo de abordagem, é consensual hoje em dia que não é possível nos

²⁶ Marc Bloch, "Pour une histoire comparée des sociétés européennes" [1928], em ídem, *Mélanges historiques*, Paris, EHESS, 1963, vol. 1, pp.16-40 (crítica ao anacronismo, pp. 36-37).

²⁷ James George Frazer, *The Golden Bough: A Study in Comparative Religion*, Londres, Macmillan, 1911-1915, 12 volumes (edição compacta 1922, tradução espanhola, México / Madri / Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1944); *Folk-lore in the Old Testament: Studies in Comparative Religion, Legend and Law*, Londres, Macmillan, 1919 (tradução espanhola, México / Madri / Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1981); Oswald Spengler, *Der Untergang des Abendlandes*, Munique, Beck, 1922-1923 (tradução brasileira, Rio de Janeiro, Zahar, 1973); Arnold Joseph Toynbee, *A Study of History*, Londres, Oxford University Press, 1934-1954, 10 volumes (mais o vol.XI, *Atlas*, 1959 e o XII, *Reconsiderations*, 1961; tradução espanhola dos três primeiros volumes, Buenos Aires, Emecé, 1951-1953), edição compacta 1957, edição resumida e ilustrada 1975 (tradução brasileira, Brasília / São Paulo, UnB / Martins Fontes, 1986).

²⁸ "Pour une histoire comparée", *art. cit.*, pp. 18-19.

²⁹ "Deux philosophes opportunistes de l'Histoire", *art. cit.*, pp. 125, 128 e 135-143.

³⁰ Charles-Victor Langlois, "Les origines du Parlement de Paris", em *Revue Historique*, 42 (1890), pp. 80-114; ídem, "The Comparative History of England and France during the Middle Ages", em *English Historical Review*, 5 (1890), pp. 259-263; Henri Pirenne, "De la méthode comparative en histoire", *Compte-rendus du Vème Congrès International des Sciences Historiques. Bruxelles, 1923*, Bruxelas, Weissenbruch, 1923, pp. 19-32; Marc Bloch, *Les rois thaumaturges* [1924], Paris, Armand Colin, 1961; *Les caractères originaux, ob. cit.*; *La société féodale* [1939-1949], Paris, Albin Michel, 1989, pp. 343-345 e 610-612.

compreender no nosso mundo a não ser por contraste, e "é ao historiador que cabe fornecer esse contraste".³¹

Ora, a medievalidade do Brasil não é reconhecida justamente por insuficiência de olhar comparativo. Na sugestão que se faz aqui, comparação ao mesmo tempo sincrônica e diacrônica, mesmo porque no interior de todo sincronismo histórico há diversas diacronias e no interior de toda diacronia, variados sincronismos.³² Tal medievalidade vem das raízes medievais portuguesas perfeitamente vivas e atuais em boa parte do século XVI e então transplantadas da Europa para a América (sincronia de algumas décadas), onde se fixaram e se reproduziram ao longo do tempo (diacronia de séculos). Então, por que a prática do medievalismo no Brasil nega o medievalismo do Brasil? Por que tal comparação não chega a "inspirar historiadores demasiado inclinados a procurar as transformações sociais em causas exclusivamente locais"?³³ Por que não se reconhece na "busca de similitudes [a] verdadeira condição de toda ciência social"?³⁴ Talvez porque sendo o país jovem e fortemente mestiço, em busca de identidade, sua historiografia se aferre, mesmo sem perceber, à velha idéia de que nação é algo incomparável: sempre se opõe ao comparatismo o adepto do incomensurável.³⁵

A hipótese geral —e ousada— da medievalidade brasileira precaria, é evidente, ser testada em diferentes planos, o que não podemos fazer aqui por limitação de espaço.³⁶ Que fique, então, uma dupla proposta. Para os brasilianistas e americanistas, levar em conta os ele-

³¹ Peter Laslett, *The World We Have Lost*, Londres, Methuen, 1965, p. 229.

³² Niklas Luhmann, "Weltzeit und Systemgeschichte", em *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, 16 (1972), pp. 81-115.

³³ Bloch, "Pour une histoire comparée", *art. cit.*, p. 26.

³⁴ Fernand Braudel, *L'identité de la France*, Paris, Flammarion, 1986, p. 16.

³⁵ Marcel Détiéne, *Comparer l'incomparable*, Paris, Seuil, 2000, pp. 10, 26, 30-34, 58-59 et passim. Pirenne, *art. cit.*, pp. 28-31, já havia alertado para o fato de frequentemente os historiadores oferecerem à sua nação "uma história conforme ao gosto e aos costumes dela, em suma uma história habitável [que] considera os povos como indivíduos isolados", tratados de seus próprios pontos de vista. Além disso, pode pesar o fato prático lembrado por Langlois de poucos historiadores conhecerem outro país tão bem quanto o seu ("The Comparative History", *art. cit.*, pp. 260-261).

³⁶ Um primeiro esboço dessa tentativa realizamos em "Racines médiévales du Brésil", texto apresentado ao colóquio *Le Moyen Âge vu d'ailleurs III*, Madri, Casa de Velázquez / CNRS, 15 de junho de 2005.

mentos medievais (sobretudo institucionais, econômicos, sociais, lingüísticos, religiosos) que contribuíram de maneira não secundária para a formação das colônias ibéricas no Novo Mundo e dos países daí decorrentes. Para os medievalistas, considerar que em partes da América Latina a "longa Idade Média" pode servir de interessante observatório de realidades históricas já desaparecidas, ou folclorizadas, na Europa. Realidades que, com os devidos filtros metodológicos, podem ser analisadas ao vivo nesse palco inesperado. Se estudar a Inglaterra do século XX em relação à dos séculos XVII-XVIII permitiu a Peter Laslett falar no "mundo que perdemos", uma *démarche* do mesmo tipo que coloque frente a frente nosso presente e os séculos XIII-XV portugueses permite dizer que em certos aspectos do Brasil aquele é um mundo que ainda conservamos.

2. Medievalística brasileira: as errâncias de um (quase) oxímoro

Os estudos medievais no Brasil iniciam-se e desenvolvem-se, lentamente, ao longo de um período que se estende de meados do século XIX até meados do XX. Se quiséssemos balizar esse primeiro momento, poderíamos usar como demarcadores, de um lado, a independência e a implantação do movimento romântico (1822-36) e do outro, a criação e expansão das universidades no país (1934-50).

O interesse brasileiro pelos assuntos medievais em geral acompanhou, como seria de esperar, o *revival* europeu de cariz nacionalista; no que diz respeito à prática dos estudos medievalísticos propriamente ditos começa a manifestar-se no Brasil em sincronia com o desenvolvimento da filologia moderna na Alemanha e na França.³⁷ A nova atenção dada por esta às línguas vernáculas e, conseqüentemente, à visão histórica e nacionalista que elas incorporam, por oposição à concepção universalista e a-histórica que embasava o estudo da filologia clássica, encaixava-se aos anseios de formação da nacionalidade da recém-liber-

³⁷ Cf. Pascale Hummel, *Histoire de l'histoire de la philologie: étude d'un genre épistémologique et bibliographique*, Genebra, Droz, 2000, esp. pp. 16ss; Hans Ulrich Gumbrecht, "«Un souffle d'Allemagne ayant passé»: Friedrich Diez, Gaston Paris, and the Genesis of National Philologies", em *Romance Philology*, 40:1 (1986), pp. 1-37.

tada colônia. Significativamente, poucos anos depois da declaração da independência, é criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; entre os seus objetivos, registrava-se o de "coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e Geografia do Brasil".³⁸ Os novos métodos científicos propostos para a edição textual, e aplicados pelos filólogos alemães e franceses principalmente aos documentos e textos literários da Idade Média européia, seriam vistos portanto como ferramenta utilíssima para as atividades a serem desenvolvidas pelo novel Instituto.

Ficam, porém, imediatamente evidentes algumas das dificuldades que os "medievalistas" nacionais da hora enfrentariam. Em primeiro lugar, deveriam dominar os métodos e as técnicas da edição textual, num país onde faltava ainda o principal fator promotor desses estudos na Europa: a universidade; entende-se, portanto, que só pudessem se dedicar a tais estudos os membros de uma elite que tinha acesso a outros meios de educação e ilustração no país, assim como facilidade de viajar, tomando contacto fora com as novidades produzidas no exterior³⁹; entende-se, também, que a formação dessas pessoas deixasse muitas vezes a desejar e que

sem o lastro de sólidos estudos científicos e filosóficos, se desenvolvessem a tendência às generalizações brilhantes em prejuízo das especializações fecundas, o gosto da retórica e da erudição livresca, a superficialidade mal dissimulada na pompa verbal, a unilateralidade da visão, e o diletantismo que leva o indivíduo a passear por todas as questões e doutrinas sem se aprofundar em nenhuma delas.⁴⁰

Um segundo aspecto não poderia deixar de angustiar os nossos intelectuais, como de fato o fez. Para tornar ainda mais pungente a nossa situação de "indigentes", diante da cultura européia coeva, que vicejava desenterrando e restaurando o seu passado medieval, nós nem sequer

³⁸ Os estatutos, aprovados em sessão de 25.11.1838, encontram-se disponíveis para leitura no site do IHGB: www.ihgb.org.br/ihgb23.php.

³⁹ Cf. Fernando de Azevedo, *A cultura do Brasil. Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4ª. ed. rev. e aum. São Paulo, Melhoramentos, 1964, pp. 603-604.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 580.

tínhamos tido uma Idade Média propriamente dita — não tínhamos, portanto, os nossos próprios textos medievais a resgatar e a editar, mas víamo-nos na incômoda situação de nos apropriar, quase que à socapa, dos tesouros medievais portugueses, ou de olhar o nosso passado pré-colombiano através das lentes do medievo europeu. Não por acaso. o "indianismo" entre nós tingiu-se dos valores cavaleirescos veiculados pela ficção medieval romântica e foi "sinônimo de nacionalismo, como o medievalismo do romantismo europeu quer dizer também nacionalismo".⁴¹ É claro que, ao fazê-lo, defendíamos nas entrelinhas o nosso direito a um lugar na cultura européia, ao futuro de uma nação "branca" — a despeito da independência, da permanência de uma (pequena e sobrevivente) população indígena e da escravidão.⁴²

Dois nomes representam essa fase inicial dos estudos medievais feitos por brasileiros. Caetano Lopes de Moura⁴³, embora nascido no Brasil, no estado da Bahia (1780), estudou Medicina em Coimbra, doutorou-se na França, serviu a armada francesa durante o Império e morreu em Paris, em 1860; ali publicou, em 1847, o *Cancioneiro d'el Rei D. Diniz*.⁴⁴ O julgamento dos especialistas a essa edição, passou-o com toda a clareza Carolina Michaëlis de Vasconcelos:

A edição é defeituosíssima (*in wissenschaftlicher Hinsicht sehr ärmlich*), tão illegível como a do Collegio dos Nobres, não só para os menos versados em paleographia. O trabalho de Caetano

⁴¹ José Aderaldo Castello, *A Polêmica sobre a "A Confederação dos Tamoios"*. São Paulo, FFCL da USP, Seção de Publicações, 1953, p. xvii; vid. ainda Antonio Candido, *Formação da Literatura Brasileira (Momentos Decisivos)* [1959]. 2º. vol. (1836-1880). 4ª. ed. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1971, pp. 83-84.

⁴² Pedro Puntoni, "O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira", em István Jancsó, org. *Brasil. Formação do Estado e da Nação*, São Paulo- Ijuí, Ed. Hucitec, Ed. Ijuí, 2003, p. 673.

⁴³ Consulte-se sobre esse baiano, negro e filho de um mestre carpinteiro, cuja vida foi uma picaresca mescla de oportunidades agarradas pelos cabelos e reverses de fortuna, que traduziu romances de Walter Scott, F. Cooper e Chateaubriand, a sua *Autobiografia*, publicada por Alberto de Oliveira na *Revista da Academia Brasileira de Letras*, 3:8, 9, 10 (1912), pp. 273-293, 75-96 e 205-230. Vid. também Cláudio Veiga, *Um brasileiro soldado de Napoleão*, São Paulo, Ática, 1979..

⁴⁴ *Cancioneiro d'el rei D. Diniz*, pela primeira vez impresso sobre o Manuscrito da Vaticana, com algumas notas ilustrativas e uma prefacção historico-litteraria pelo Dr. Caetano Lopes de Moura. Paris, Em Casa de J.P. Aillaud, 1847.

Lopes de Moura, que de modo algum estava preparado para a difícil empresa, restringe-se a um punhado de notas e a uma Introduçãozinha⁴⁵

Interessa-nos, porém, apontar três aspectos dessa edição. O primeiro, a maneira pela qual Lopes de Moura conseguiu ter acesso ao precioso códice, que ele próprio explicita na sua Prefação ("graças á illustrada intervenção e patriotico zelo do Ex^{mo} Snr. Visconde da Carreira"⁴⁶), ou seja, através de favor pessoal; o segundo, o seu caráter ocasional, uma vez que na *Autobiografia*, escrita para acompanhar uma carta dirigida ao Imperador D. Pedro II, em 1852, Lopes de Moura não menciona essa edição, embora faça alarde de suas traduções⁴⁷; o terceiro, o fato de ele mencionar, no mesmo prefácio, como modelos da sua edição, os trabalhos feitos em França por Raynouard, Roquefort, Paulin Paris e outros.⁴⁸ Vivendo em Paris, e não sendo um especialista, era natural que Lopes de Moura não conhecesse os trabalhos elaborados na Alemanha, principalmente por F. Wolf e F. Diez; os estudos medievais franceses da primeira metade do século XIX, como os citados por ele, não tinham ainda sido atingidos pelo caráter rigorosamente histórico e científico que já norteava os estudos germânicos.⁴⁹ Lopes de Moura representaria assim o tipo de intelectual diletante —e, acrescentemos, algo pícaro— contra o qual se levantará a escola de Gaston Paris na França e já tornado obsoleto, na Alemanha, pelas instituições universitárias.⁵⁰

⁴⁵ *Cancioneiro da Ajuda* [1904]. Edição de Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Vol. II. Reimpressão da edição de Halle (1904), acrescentada de um prefácio de Ivo Castro e do glossário das Cantigas (*Revista Lusitana*, XXIII). Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1990, pp. 16-17.

⁴⁶ *Cancioneiro d'el rei D. Diniz*, *ob. cit.*, p. ix.

⁴⁷ *Autobiografia*, *ob. cit.*

⁴⁸ *Cancioneiro d'el rei D. Diniz*, *ob. cit.*, p. xxxv.

⁴⁹ Vid. H. U. Gumbrecht, *ob. cit.*, p. 20.

⁵⁰ No que se refere ao trabalho de Paulin Paris, o seu filho Gaston, na Aula Magna proferida no Collège de France em dezembro de 1881, procurou distinguir o trabalho do pai —visto como o prazer de uma experiência não mediatizada, destinada a um público amador— do seu próprio, produto de um olhar distante e objetivizado, de observador científico. Vid. David F. Hult, "Gaston Paris and the Invention of Courtly Love", em R. Howard Bloch e Stephen G. Nichols, eds., *Medievalism and*

Francisco Adolfo de Varnhagen, o segundo brasileiro a lançar-se como editor de textos medievais, é uma figura de maior substância científica e interesse histórico. Basta lembrar a sua atividade como historiador —pela qual é principalmente reconhecido—, a sua polémica com os indianistas (na qual defendeu a submissão e assimilação dos índios e o projeto de uma nação branca e européia⁵¹), a sua atividade no exterior como diplomata, bibliófilo⁵² e pesquisador incansável.⁵³ Da mesma forma que Lopes de Moura, não era um produto genuinamente nativo. Filho de alemão, nasceu em 1816 em Sorocaba; a partir dos oito anos de idade, passou a viver em Portugal, onde se formou em Engenharia Militar. Ingressou na carreira diplomática, uma vez reconhecida a sua nacionalidade brasileira, e era ministro plenipotenciário na Áustria, por ocasião da sua morte em Viena, em 1878.⁵⁴ Manteve-se, no entanto, sempre em contacto com o Brasil, associou-se ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e nunca deixou de considerar como precíua a sua atividade de pesquisador e construtor da história do seu país.⁵⁵

A sua primeira incursão no campo da medievística foi a edição, realizada também de forma algo extravagante em 1849, do códice da

the Modernist Temper, Baltimore e Londres, The Johns Hopkins University Press, 1996, pp. 204-206.

⁵¹ Vid. Pedro Puntoni, *art. cit.*

⁵² Varnhagen às vezes se incumbia, na Europa, de selecionar e enviar livros para D. Pedro II. Vid. *Francisco Adolfo Varnhagen. Correspondência ativa*. Colig. e anot. por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, MEC, 1961 (p. ex., cartas datadas de Madri, 2.12.1852 e Lisboa, 12.11.1855, pp. 195-197 e 231-233, respectivamente).

⁵³ Na carta ao Instituto Histórico do Brasil, datada de Madri, 1/3/1851, que acompanhava a edição do *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, Varnhagen relaciona todas as bibliotecas que visitou, a fim de consultar mais de 20 códices do texto. Cf. Gabriel Soares de Sousa, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, edição (...) por Francisco Adolpho de Varnhagen, 3ª. ed., São Paulo/ Rio/ Recife/ Porto Alegre, Companhia Editora Nacional, 1938, pp. ix-xvi.

⁵⁴ Cf. J. D. Pinto-Correia, em *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Org. e coord. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani. Lisboa, Caminho, 1993, s.v., pp. 645-646.

⁵⁵ Na “Notícia Crítica” anteposta à edição do *Cancioneirinho de Trovas Antigas* (vid. nota 58), por exemplo, relata: “Determinados (com mais razão agora que *toda a nossa aplicação será pouca para a dedicarmos a estudos acerca do nosso país*) a abandonar a ideia de fazer essa edição (...)” (itálicos meus)

Biblioteca da Ajuda, cuja publicação pegou mesmo de surpresa os membros da Academia de Ciências de Lisboa.⁵⁶ Ao contrário de Lopes de Moura, porém, não parou por aí a sua atividade editorial dos Cancioneiros medievais portugueses nem a sua cruzada em demanda de manuscritos perdidos. Em 1857, encontra em Madri na livraria de um "Grande de Espanha" um cancioneiro português manuscrito; imediatamente solicita e consegue autorização para fazer dele uma cópia e decide publicá-lo. As peripécias da publicação são significativas: em 1857, relatando em carta a descoberta do manuscrito ao Imperador, sugere-lhe que tome a si a glória de o fazer publicar, observando: "Seria bello ante a Europa, que até neste ramo de antiquilhas philologicas o Brazil rivalizasse com a antiga metropole, publicando o que ella desconhece".⁵⁷ Em 1861, mostra-o a D. Pedro II, que se oferece para publicá-lo à sua custa, na cidade de Petrópolis. Varnhagen entusiasmase, pois "as composições destes [antigos trovadores] viriam, assim, do meio das mattas virgens da outr'ora colonia portugueza ser, com o auxilio da imprensa, propagadas nas cidades onde em mil saráus se haveriam cantado ha cinco e seis seculos".⁵⁸ Encontrar-se-iam assim

⁵⁶ Carolina Michaëlis descreve os seus bastidores: "Sob a impressão produzida pelo apparecimento do codice da Vaticana e o trabalho imperfeito de Lopes de Moura, irritada por ventura tambem por boatos surdos sobre os empreendimentos individuaes de um energico erudito, vindo de fóra parte, o qual estava decidido a publicar com o apoio de Herculano uma edição critica do Cancioneiro de Lisboa, e em seguida o de Roma, a illustre corporação começou a agitar-se [...] Quando tornaram a reunir a 10 de Outubro, alguém teve de confessar tacitamente que a receada iniciativa particular havia, ainda d'esta vez, tomado a dianteira ao primeiro instituto scientifico do pais. — O innominado depositou sobre a mesa, entre outros donativos, um livrinho de apparencia muito modesta, dado á luz por Francisco Adolfo de Varnhagen, encarregado de negocios da legação do Brasil na côrte de Madrid. O "livrinho", de que logo fallarei, era a ambicionada edição "critica" do Cancioneiro." (itálicos meus) *Cancioneiro da Ajuda*, II, *ob. cit.*, pp. 19-20. (*Trovas e Cantares de um codice do XIV seculo: ou antes, mui provavelmente, "O Livro das Cantigas" do Conde de Barcellos*. Madrid, 1849.)

⁵⁷ *Correspondência ativa*, *ob. cit.*, carta datada de Madri, 21.11.1857, pp. 254-256.

⁵⁸ *Cancioneirinho de Trovas Antigas Colligidas de um grande cancioneiro da Bibliotheca do Vaticano*. Precedido de uma Nota critica do mesmo grande Cancioneiro, com a lista de todos os trovadores que comprehende, pela maior parte portuguezes e gallegos. Vienna, Typ. I.E.R. do E.E. da Corte, 1870, p. 7.

reintegradas, por sobre o oceano e por sobre o tempo, a antiga metrópole e a ex-colônia —e que maravilha maior seria se, agora, esta passasse a ser a fonte restauradora e fornecedora dos monumentos lingüísticos, literários e históricos comuns!⁵⁹ Infelizmente, porém, as coisas não se passaram da forma como Varnhagen as sonhara e, por circunstâncias diversas, o *Cancioneirinho* veio a ser editado só em 1870 e em Viena.

O trabalho de Varnhagen, enquanto editor de textos medievais, já foi avaliado de forma cabal por Carolina Michaëlis.⁶⁰ Apesar das restrições justificadas que lhe faz, a filóloga não deixa, contudo, de reconhecer que

Apesar d'estes e d'outros graves defeitos, o volume de Varnhagen [*Trovas e Cantares*] prestou às letras um serviço de-veras valioso, tornando acessível a muitos os textos de que até então haviam tido o monopólio sómente os 25 eleitos de Lord Stuart.⁶¹

A verdade é que os trabalhos de Varnhagen nessa área mantiveram a sua utilidade por muitos anos, pelo que continuou a ser referência obrigatória nos estudos afins e mereceu mesmo um verbete no *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*.⁶²

Entre os anos 1847 e 1872⁶³, situam-se, portanto, os anos heróicos dos estudos medievais no Brasil: feitos de maneira um tanto atabalhoa-

⁵⁹ Comentando a imitação dos modelos culturais da metrópole pelos brasileiros da então colônia, F.de Azevedo observa que ela pode nesse caso associar-se “ao esforço de afirmação, por motivos políticos ou outros, da capacidade de fazer igual ou superior ao que se produz no país que domina e exerce opressão, ou de uma cultura considerada de mais alto nível”. Fernando de Azevedo, “A escola e a literatura”, em *A Literatura no Brasil*, dir. de Afrânio Coutinho, Vol. I, Tomo I, Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1955, p. 140.

⁶⁰ *Cancioneiro da Ajuda*, II, *ob. cit.*, pp. 22-34.

⁶¹ *Ibid.*, p. 22.

⁶² *Ob. cit.*, pp. 645-646.

⁶³ Ano em que Varnhagen publica *Th. Braga e os antigos Romanceiros de Trovadores: Provarás para se juntarem ao processo*. 24 págs. Viena, Gerold, 1872. Nesse mesmo ano, publicou também: *Da Litteratura dos Livros de Cavallaria*. Viena, Gerold, 1872. Realmente, o único interesse desse livro está na identificação de manuscritos: no cap. III menciona a existência do códice 2594 na Biblioteca Imperial de Viena, o qual contém o texto português da *Demanda do Santo Graal*. e

da, com a afoitez dos que miram a objetivos distintos do trabalho científico (seja o reconhecimento pessoal seja um projeto de caráter ideológico⁶⁴), por pessoas que não se formaram no país e não poderiam ter feito o que fizeram, caso tivessem aqui permanecido. Demoram-nos nesses primórdios, porque de certa forma algumas circunstâncias que os envolveram (a penúria institucional, a precariedade das bibliotecas, a sensação de ser o medievo algo externo a nós) ainda prevaleceram por muito tempo e continuaram a marcar os estudos medievais no país.

A virada do século trouxe, felizmente, alguma mudança a esse panorama. Como sabemos, a abolição da escravatura (1888) provocou a imigração de populações europeias de diversas procedências, destinadas a substituir a mão de obra escrava na lavoura, mas também trazendo pessoal qualificado para o meio urbano. Nesse contexto, veio para São Paulo em 1889⁶⁵ Oskar Nobile, nascido em Hamburgo em 1865 e ali falecido em 1912.⁶⁶ É provável que já tivesse estudado na Alemanha Filologia Românica e Português, pois teria à volta de 24 anos quando veio para o Brasil e, segundo testemunhas que com ele conviveram, "conhecia melhor a língua do Brasil do que os próprios brasileiros".⁶⁷ Já em 1894 estava naturalizado brasileiro, sendo nomeado, em 1895, professor de língua e literatura alemã no recém-fundado Ginásio do Estado. Tendo continuado aqui o estudo da língua portuguesa, apresentou a sua tese de doutoramento na Universidade de Bonn em 1907, sob o

que mais tarde editará o Pe. Augusto Magne. É provável que este tenha visto a indicação no livro de Varnhagen.

⁶⁴ A respeito da opção de Varnhagen por uma Nação branca e europeia, vid. Nilo Odália, *As Formas do Mesmo. Ensaios sobre o Pensamento Historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1997.

⁶⁵ Vid., para maiores informações a minha "Introdução" a *Oskar Nobile*, *As cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade e estudos dispersos*. Edição organizada por Yara Frateschi Vieira, Rio de Janeiro, EdUFF, 2007, pp. 9-20.

⁶⁶ Cf. José Leite de Vasconcelos, "Necrologia — Oscar Nobile", em *Revista Lusitana*, 15 (1912), pp. 366-370; Silveira Bueno, "Prof. Oscar Nobile", em *Jornal de Filologia*, 1:2 (1953), pp. 153-161; Leodegário A. de Azevedo Filho, "Oskar Nobile", em *As Cantigas de Pero Meogo*. Rio de Janeiro: Gernasa, 1974, pp. 11-12; F. Jensen, "Nobile, Oscar", em *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, *ob. cit.*, p. 475, col. 1-2; Ivo Castro, "Nobile (Oskar)", em *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas da Língua Portuguesa*, Vol. 3, Lisboa, Verbo, 1999, 1134-1135.

⁶⁷ Silveira Bueno, *art. cit.*, p. 153.

título de *Cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade*.⁶⁸ O curto prefácio que antecede a Introdução e a edição das cantigas é datado de São Paulo (Brasil), Março de 1907. E a sua última frase esclarece: "Não pude, na terra em que emprehendi o presente trabalho, utilizar-me de todos os subsidios scientificos que me offereciam as bibliothecas da Allemanha ou da França". Lamento discretíssimo sobre a situação de isolamento e indigência intelectual em que deveria se sentir na então provinciana e pacata São Paulo, só remediada pela sua assídua correspondência com os romanistas internacionais.⁶⁹ Nobiling é, portanto, o exato oposto de Lopes de Moura e Varnhagen: dotado de sólida formação germânica, de acordo com os mais estritos requisitos da moderna ciência filológica, encontra-se "exilado", distante da fonte do saber em progresso; homem discreto, jamais procurou reconhecimento público e viveu, até a morte, na sua modesta situação de professor secundário numa escola de província.

No exterior, os trabalhos de Oskar Nobiling mereceram aplauso imediato, principalmente entre os maiores filólogos portugueses da época. As suas críticas e observações à edição do *Cancioneiro da Aju-*

⁶⁸ A tese foi publicada: Erlangen, Junge, 1907; e em *Romanische Forschungen*, 25 (1908), pp. 641-719; *Oskar Nobiling, As cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade, ob. cit.*, pp. 39-143

⁶⁹ Num artigo de jornal, porém, é mais explícito: "A grande maioria das obras scientificas que se occupam dos multiplos problemas referentes à historia, não só das línguas romanicas, mas do proprio idioma portuguez, e particularmente todas as obras de maior erudição, tarde ou nunca apparecem no Brasil. As livrarias as ignoram, as bibliothecas publicas não as possuem. [...] Privado de tantos subsidios, reduzido aos limitados recursos de sua propria bibliotheca, é difficillima a tarefa do consciencioso investigador da historia do idioma portuguez. Seus estudos sempre ficarão imperfeitos e deficientes: sabe-o sobejamente quem escreve estas linhas; pois se veria completamente impossibilitado de acompanhar os progressos da sciencia a que se dedica ha bastantes annos, se não se correspondesse com varios dentre os sabios linguistas que gosam de mais autoridade na Europa, e se alguns delles não o obsequiassem com a remessa regular de suas obras". "Frazes Feitas", publicado em *O Estado de São Paulo*, 22.4.1908; republicado em Castro Lopes, *Artigos Philologicos*. Collectanea Postuma, Rio de Janeiro, Typ. do Instituto Profissional, 1910, pp. 467-482; *Oskar Nobiling, ob. cit.*, pp. 373-386.

da⁷⁰ foram recebidas com respeito por Carolina Michaëlis⁷¹; Leite de Vasconcelos abriu as portas da *Revista Lusitana* para os seus trabalhos e nela incluiu o seu Necrológio, em 1912, seguido de bibliografia.⁷² É inteiramente justificado o juízo de Ivo Castro quando observa que as reduzidas dimensões da sua obra filológica estão em desproporção "com a qualidade e a influência que atingiu".⁷³ Com efeito, o seu texto das cantigas de João Garcia de Guilhade, pioneiro no campo das edições individuais de trovadores⁷⁴, continua ainda hoje a ser a edição acreditada da obra completa do trovador.⁷⁵

No Brasil, porém, a obra de Nobiling demorou mais para frutificar; e ele mesmo aponta a causa:

Do Brasil ... é melhor não falar; pois são pouquíssimos os que se dedicam aqui séria e conscienciosamente a semelhantes estudos, e, não existindo nenhuma faculdade de letras, o nosso paiz nem

⁷⁰ "Zu Text und Interpretation des „Cancioneiro da Ajuda", em *Romanische Forschungen*, 23 (1906), pp. 337-385; nova recensão ao *Cancioneiro da Ajuda*, *Archiv für das Studium der neueren Sprachen und Literaturen*, 121 (1908), pp. 197-208 e 122 (1909), pp. 193-206; *Oskar Nobiling*, *ob. cit.*, pp. 173-256.

⁷¹ Entre outras coisas, diz ela: "Na segunda edição, que sairá só depois de o *Cancioneiro Colocci-Brancuti* me ter sido acessível em Lisboa, ver-se-há quanto lucrei com a colaboração de Nobiling e Lang" "Explicação Previa", *Glossário*, em *Revista Lusitana* 23 (1920). (*Cancioneiro da Ajuda*, *ob. cit.*, I, p. vii.)

⁷² Vid. o necrológio já mencionado (*Revista Lusitana*, 15), precedido da republicação da resenha de Nobiling ao livro *Textos Archaicos*, do próprio Leite de Vasconcelos. Este observa em nota, p. 365: "Concordando, como era natural, com as sensatas críticas que Nobiling me faz" (*Oskar Nobiling*, *ob. cit.*, p. 261)

⁷³ Ivo Castro, *verb. cit.*

⁷⁴ Embora tenha sido precedida e influenciada pela edição das cantigas de D. Dinis feita por Henry Lang. Contrariamente à opinião de Diez e de Varnhagen e antecipando-se a uma tendência que levaria aproximadamente 40 anos para firmar-se, declara que "apesar do convencionalismo e uniformidade essencial que reinam na língua, no estylo e na poetica dos trovadores, entre elles se destacam individualidades bem caracterizadas, e cujos traços distintivos transparecem tanto mais quanto as poesias têm mais o cunho nacional, afastando-se dos typos e modelos provençaes" (*As Cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade*, *ob. cit.*, p. 641; *Oskar Nobiling*, *ob. cit.*, p. 39)

⁷⁵ É a edição seguida para a maioria das cantigas de Guilhade na *Lírica Profana Galego-Portuguesa*, coord. de Mercedes Brea. Santiago de Compostela, Centro de Investigacións Lingüísticas e Literarias Ramón Piñeiro, 1996, vol. I.

sequer possui um cathedratico de lingua e litteratura portugueza, a não ser em estabelecimentos de ensino secundario, em cuja esphera não cabem as investigações philologicas.⁷⁶

Uma vez, porém, sanada essa deficiência e estabelecida entre nós a instituição universitária, com todas as conseqüências relativas ao apoio à investigação e à formação de profissionais e de um corpo docente capaz de estimular a produção de conhecimento novo, o seu nome ressurgerà como patrono dos estudos filológicos e modelo de trabalho de edição textual.⁷⁷

Com a criação das universidades no Rio de Janeiro e em São Paulo⁷⁸, já se começam a colher, na década de 40, os primeiros produtos dessa nova safra de estudos, centrados ainda na tradição que os fundamentava, isto é, na edição textual. É natural que agora, dadas as no-

⁷⁶ O. Nobiling, "Introdução ao estudo da mais antiga poesia portugueza", em *Revista da Sociedade Científica de São Paulo*, 2:11-12 (1907), pp. 153-158 (p. 154) (*Oskar Nobiling, ob. cit.*, p. 146).

⁷⁷ Aponte-se, a esse respeito, a Coleção Oskar Nobiling, projetada e dirigida por Leodegário A. de Azevedo Filho, em 1974, no Rio de Janeiro, cujo plano previa a publicação de dez volumes de edição textual de trovadores galego-portugueses; infelizmente, a coleção foi interrompida e só saíram dois volumes: Leodegário A. de Azevedo Filho, *As Cantigas de Pero Meogo, ob. cit.*, e Segismundo Spina, *As Cantigas de Pero Mafaldo*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Fortaleza, Edições Universidade Federal do Ceará, 1983. Durante o 8º Congresso Brasileiro de Língua e Literatura, realizado pela Sociedade Brasileira de Língua e Literatura no Rio de Janeiro, de 19 a 23 de julho de 1976, foi criada também a Medalha Oskar Nobiling, conferida na ocasião a "cem especialistas brasileiros e estrangeiros, por relevantes serviços prestados à causa do ensino da Lingüística, da Filologia e da Literatura". Cf. Leodegário A. de Azevedo Filho, "Homenagem a Oskar Nobiling", em 8º Congresso Brasileiro de Língua e Literatura. Rio de Janeiro, Gernasa, 1977, p. 9.

⁷⁸ As primeiras escolas superiores criadas no país, posteriormente à vinda de D. João VI para o Brasil, em 1808, tinham como objetivo satisfazer às necessidades imediatas do Reino e da corte portuguesa: Academia da Marinha, Academia Militar, Curso de Medicina, Cadeira de Economia, Curso de Agricultura, Cursos de Química e Desenho Técnico. Depois da independência, em 1822, criam-se cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, em São Paulo e em Olinda (1828). A primeira universidade criada no país foi a do Rio de Janeiro, em 1920, que não passou de uma agregação dos 3 institutos superiores de formação profissional, a Faculdade de Direito, de Medicina e a Escola Politécnica. A primeira universidade criada com um novo espírito e uma organização nova foi a Universidade de São Paulo, em 1934. Cf. Fernando de Azevedo, *A cultura do Brasil, ob. cit.*, pp. 562-679.

vas circunstâncias de institucionalização e difusão, se multiplicassem os nomes dos que se dedicavam a essa área, embora nem de longe se possa ainda dizer que haja surgido uma "escola" brasileira de estudos medievísticos. Dentro dos limites deste trabalho e considerando o enfoque que escolhemos, vamos dar prioridade a alguns nomes que não só contribuíram para o estabelecimento e a difusão dos estudos medievais nas décadas mediais do século, mas prepararam o terreno para a geração que se formou sob a sua orientação nos dois principais centros de cultura do país no momento: Augusto Magne e Celso Cunha (Rio de Janeiro), Segismundo Spina (São Paulo).⁷⁹

Augusto Magne é um caso semelhante ao de Nobiling: nascido na França, em 1887, veio aos 17 anos para o Brasil, ingressando em 1904 na Companhia de Jesus; naturalizou-se brasileiro e dedicou-se com notável empenho e competência ao estudo da língua portuguesa, além do grego e de latim. Depois do término da Primeira Grande Guerra, voltou à Europa para completar os estudos. Ordenou-se sacerdote na Áustria, em 1922. Nessa altura, teve "pela primeira vez nas mãos o venerando códice 2594 da Biblioteca Nacional de Viena, cópia única da *Demanda* portuguesa do *Santo Graal*"⁸⁰, e assentou publicar o precioso manuscrito, "mal o permitissem as circunstâncias". Essas, porém, acabaram por formar uma "intrincada rede de dificuldades"⁸¹ e a edição só veio

⁷⁹ Deixamos de mencionar toda uma geração de filólogos, principalmente do Rio de Janeiro, que se formou ainda fora da universidade, em geral professores da prestigiosa escola Pedro II, alguns dos quais depois vieram a ocupar a cátedra universitária. Sobre esses estudiosos, entre os quais devem ser citados Sousa da Silveira, Antenor Nascentes, Said Ali, Serafim da Silva Neto, remeto o leitor para: *Antenor Nascentes. Estudos Filológicos*, Volume dedicado à memória de Antenor Nascentes organizado por Raimundo Barbadinho Neto, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2003; Sílvio Elia, *Ensaio de Filologia*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1963; Anthony J. Naro, *Tendências Atuais da Linguística e da Filologia no Brasil*, Rio de Janeiro, Livr. Francisco Alves, 1976; Heitor Megale e César Nardelli Cambraia, "Filologia Portuguesa no Brasil", em *D.E.L.T.A.*, 15, Número Especial (1999), pp. 1-22. A escola filológica carioca produziu e continua a produzir frutos na área da medievística, devendo ser lembrados os nomes de Leodegário A. de Azevedo Filho e Evanildo Bechara, diretor da série *Linguística e Filologia Portuguesas*, da Editora Lucerna, que vem reeditando textos fundamentais e inacessíveis da área.

⁸⁰ "Prefácio". *A Demanda do Santo Graal*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944, vol. I, p. 31.

⁸¹ *Ibid.*, p. 34.

à luz em 1944, nos três volumes que durante vários anos constituíram a única edição crítica do códice de Viena.⁸² Chama a atenção o fato de, enquanto trabalhava no manuscrito, ter recebido uma carta de Joaquim de Carvalho, oferecendo-lhe para publicar a edição na Imprensa da Universidade de Coimbra e à custa dela. Magne declinou do convite, porque "assumira consigo mesmo o compromisso de *fazer essa edição no Brasil, de modo que fosse inteiramente uma contribuição brasileira aos estudos clássicos*".⁸³ Não estamos ainda, infelizmente, muito longe dos tempos heróicos de Varnhagen ... Tendo regressado ao Brasil, Magne acabou por ocupar a primeira cátedra de Filologia Românica instituída no Brasil, a da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A sua atividade como editor continuou ainda por muitos anos, a par da sua produção como lexicógrafo.⁸⁴

Celso Cunha e Segismundo Spina já pertencem a uma fase institucionalizada e os seus trabalhos refletem as novas circunstâncias — ainda muito longe, contudo, de serem ideais.

Celso Cunha é sem sombra de dúvida o grande nome nos estudos filológicos medievais brasileiros. Formado nos bancos universitários, licenciou-se em Letras Clássicas em 1940 na antiga Universidade do Brasil⁸⁵, onde foi aluno não só dos filólogos estrangeiros trazidos ao Brasil para ajudar a criar o curso de Letras no país, mas também de Antenor Nascentes e Sousa da Silveira: a este deveu "a sua opção pela

⁸² A edição de 1944 foi, como se sabe, bastante criticada pelas intervenções abusivas do editor; procurou corrigi-las, porém, em nova edição, publicada em 2 volumes pelo mesmo Instituto Nacional do Livro em 1955 e 1970. Recentemente, foi publicada a parte da *Demanda* editada por Joseph-Maria Piel: *A Demanda do Santo Graal*, edição de Joseph-Maria Piel concluída por Irene Freire Nunes, introdução de Ivo Castro, Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1988. As peripécias dessa edição são relatadas na Introdução de Ivo Castro, pp. ix-xxv.

⁸³ Essa pelo menos é a versão que nos dá Américo Facó, então Chefe da Secção da Enciclopédia e do Dicionário do Instituto Nacional do Livro, na Introdução à edição de 1944, *ob. cit.*, p. 10. É provável que a tivesse ouvido do próprio Magne.

⁸⁴ Cf. o Prefácio de Sílvio Elia a Augusto Magne, *O Mais Antigo Documento da Língua Francesa: Ensaio sobre a parte francesa dos Juramentos de 842*, Petrópolis, Vozes, 1991, pp. 7-12. Nesse Prefácio, que traz dados biobibliográficos do Pe. Augusto Magne, Sílvio Elia informa também sobre a existência de um projeto bibliográfico, coordenado por Junito de Souza Brandão, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, de reeditar as obras do filólogo.

⁸⁵ Atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Crítica Textual, o gosto pelos Cancioneiros Medievais e pela fidelidade ao texto escrito, que Sousa da Silveira soube transmitir como ninguém aos seus discípulos".⁸⁶ Obteve o título de Doutor em Letras e Livre Docente em Literatura Portuguesa na mesma universidade, em 1947, com a tese em que estabelecia o texto do cancionero de Pai Gomes Charinho⁸⁷, e a que se seguiram as edições dos cancioneros de João Zorro (1949) e de Martim Codax (1956). Esses primeiros estudos situam-se numa concepção filológica ampla, mobilizando os aspectos codicológicos, lingüísticos, históricos e literários que constituem ferramenta indispensável para o estabelecimento crítico do texto; no campo lingüístico e poético, colocam as primeiras pedras para reflexões que não o abandonarão ao longo da sua carreira, como a sua preocupação fundamental com a identificação das opções lingüísticas que influem na métrica do verso trovadoresco galego-português: a esse respeito, Cunha lembrou como uma influência decisiva nas suas investigações o trabalho pioneiro de Nobiling sobre o regime dos encontros vocálicos interverbais.⁸⁸ Os seus trabalhos uniram sempre ao profundo conhecimento dos métodos de edição textual, à grande familiaridade com os aspectos histórico-culturais da época trovadoresca e à afinada sensibilidade para o texto poético, uma atenção para com as questões propriamente lingüísticas que este envolve. A partir de sólida formação filológica, ampliou as suas preocupações para a questão do "idioma nacional" e é ainda reconhecido e consultado autor de gramáticas da língua portuguesa, dos dois lados do Atlântico.⁸⁹

⁸⁶ Cilene da Cunha Pereira, "Esboço biográfico", em *Miscelânea de Estudos Lingüísticos, Filológicos e Literários In Memoriam Celso Cunha*, org. e coord. Cilene da Cunha Pereira e Paulo Roberto Dias Pereira, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995, p. xvi.

⁸⁷ Uma bibliografia de Celso Cunha encontra-se na mesma obra acima citada, pp. xxix-xxxix. Acrescente-se a ela: Celso Cunha, *Cancioneiros dos Trovadores do Mar*, edição preparada por Elsa Gonçalves. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1999, e Celso Cunha, *Sob a Pele das Palavras. Dispersos*, org., introd. e notas de Cilene da Cunha Pereira, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, Academia Brasileira de Letras, 2004.

⁸⁸ "Significância e movência na poesia trovadoresca", em *Sob a Pele das Palavras*, ob. cit., p. 93.

⁸⁹ Cf. Ivo Castro, "Apresentação", em Celso Cunha, *Cancioneiros dos Trovadores do Mar*, ob. cit., p. 11.

Celso Cunha é um marco importante nos estudos medievísticos no Brasil —os seus trabalhos até hoje servem de modelo, inclusive pelo carácter de aperfeiçoamento contínuo que sempre lhes imprimiu: prolongando-se a sua atividade até o final dos anos 80, procurou sempre manter-se atualizado nas questões metodológicas e interpretativas, reagindo criticamente a elas. Por outro lado, Cunha carrega ainda alguns dos traços característicos dos medievalistas brasileiros que o precederam: "*scholar* peripatético"⁹⁰, repartiu a sua atividade docente e de investigador entre o Brasil, a Europa e os Estados Unidos; correspondeu-se com lingüistas e filólogos do mundo todo; grande bibliófilo, deixou uma biblioteca de 30.000 volumes, que hoje integra o acervo da Faculdade de Letras da UFRJ.

Num contexto diferente, por outro lado, "a história intelectual do professor Segismundo Spina está profundamente associada à história institucional da Universidade de São Paulo"⁹¹: aí se licenciou em Letras Clássicas em 1946, doutorou-se em Letras em 1950 e lecionou, primeiro na Cadeira de Literatura Portuguesa e depois na área de Filologia e Língua Portuguesa, até o ano de 1986. A sua colaboração para os estudos medievísticos passa também pelo campo da edição textual⁹²; mas é sobretudo importante pelas reflexões metodológicas sobre a crítica textual, nascidas dos seus cursos ministrados na Faculdade de Filosofia entre os anos 1972-75, e publicadas com o intuito de prestarem serviço à comunidade acadêmica⁹³; pelos seus estudos sobre a tópica trovadoresca, onde se propõe a continuar o trabalho iniciado por Curtius, ampliando a investigação para o campo que o romanista deixara "em branco": "a poesia lírica occitânica, particularmente a galego-portugue-

⁹⁰ A expressão é de Eduardo Portella: "O saber sensível", em *Miscelânea de Estudos (...)* In *Memoriam Celso Cunha*, *ob. cit.*, p. lxiii.

⁹¹ Edith Pimentel Pinto, "Perfil", em *Para Segismundo Spina: Língua, Filologia e Literatura*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Iluminuras, 1995. p. 275.

⁹² Segismundo Spina, *As cantigas de Pero Mafaldo*, *ob. cit.*, 1983.

⁹³ Segismundo Spina, *Introdução à Edótica* [1977], 2ª. ed. rev. e atual., São Paulo, Ars Poética, Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

sa⁹⁴; pelos seus estudos sobre a versificação românica medieval⁹⁵; e pela sua utilíssima antologia da lírica trovadoresca⁹⁶ —que inclui substancial introdução sobre o movimento trovadoresco e uma antologia de textos, na versão original e em tradução, de goliardos, de poetas provençais e catalães, trovadores do Minnesang, trovadores franceses, italianos e galego-portugueses, além de um glossário terminológico da lírica trovadoresca. A ênfase dos comentários, porém, recai sobre o que o seu autor chama "a apreciação estética desse movimento trovadoresco", incidindo sobre temas do seu interesse, como a identificação dos *topoi* e a comparação entre as diversas manifestações do lirismo trovadoresco, embora não falte a chamada para questões de poética medieval, a elucidação de termos ou expressões ou de contextualização histórica. De qualquer forma, o trabalho de Spina está muito mais voltado para a perspectiva comparatista, diacrônica e sincrônica, do que para o trabalho minucioso da filologia românica tradicional na altura.

Embora já plenamente situada num contexto institucionalizado, a atividade medievalística de Spina não deixou de encontrar os óbices que já nos são familiares. Em 1971, ele traçava ainda um retrato melancólico das condições adversas contra as quais o estudioso da Idade Média devia ainda lutar no Brasil:

A falta de uma bibliografia especializada [...] A Idade Média, como expressão de cultura, ampla ou especializada, dificilmente conquistou público em nosso meio; considerada em perspectiva com a cultura brasileira, não tem funcionalidade; para alguns a "realidade brasileira" não recua para além das balizas do Renascimento... Via de regra uma época vítima de preconceitos, o nosso público (e nêle se incluem muitos elementos da própria esfera universitária) sempre manifestou certa alergia por estudos

⁹⁴ Segismundo Spina, *Do Formalismo Estético Trovadoresco*, São Paulo, Boletim no. 300 da Cadeira de Literatura Portuguesa, 1966, p. 7. A referência é à obra de Ernst Robert Curtius, *Europäische Literatur und Lateinisches Mittelalter*, Berna, 1948.

⁹⁵ Segismundo Spina. *Manual de Versificação Românica Medieval*, Rio de Janeiro, Gernasa. 1971.

⁹⁶ *A Lírica Trovadoresca* [1956], São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo. 1996.

relacionados com êstes "séculos obscuros" da história do Ocidente.⁹⁷

Também ele teve de construir a sua biblioteca particular, com as dificuldades naturais⁹⁸ que envolvem a empresa no Brasil. Professor radicado em São Paulo, formou gerações de estudantes que levaram as suas preocupações e investigações para as novas instituições universitárias que se iam criando no país, ao longo da segunda metade do século XX.

3. Por onde e para onde caminham os estudos medievais no Brasil?

Se, conforme se disse, a criação das Universidades foi um marco importante para o desenvolvimento das pesquisas brasileiras em todas as áreas do conhecimento; se esse ato fundador desenvolveu uma trajetória posterior cheia de altos e baixos, principalmente por razões políticas e econômicas (ao período histórico chamado "democrático", de 1945 a 1964, que se seguiu ao Estado Novo getulista da década de 30, somaram-se os anos repressores do regime militar, de 1964 a 1985, após o qual se restabelecem as eleições diretas para Presidente da República⁹⁹), e por movimentos internos às próprias universidades, como as sistemáticas reformas curriculares¹⁰⁰; se entre 1950 e 1960 se criaram os principais órgãos nacionais de incentivo à vida acadêmica, à formação de corpo docente especializado e à melhoria da pós-graduação - CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico¹⁰¹), CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pes-

⁹⁷ *Manual de Versificação Românica Medieval*, ob. cit., p. 9.

⁹⁸ A biblioteca encontra-se agora em sala própria na Fundação Instituto de Ensino para Osasco (UNIFIEO), que publicou recentemente uma coletânea de estudos: Segismundo Spina, *Estudos de Literatura, Filologia e História*, São Paulo, UNIFIEO, 2001.

⁹⁹ Maria Y. Linhares (org.), *História Geral do Brasil*, Rio de Janeiro, Campus, 1990; Boris Fausto, *História do Brasil*, 4ª ed., São Paulo, EDUSP/Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1996.

¹⁰⁰ Para exemplo delas, tome-se por base a Universidade de São Paulo, a maior do país, cujo histórico pode ser examinado no site www.fflch.usp.br

¹⁰¹ www.cnpq.br

soal de Nível Superior¹⁰²), FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo¹⁰³, instituição regionalizada); se em meio a esse panorama tantas vezes claudicante o sonho de acesso à educação superior é uma realidade nacional, sim, mas ainda desigualmente conseguido nos quatro cantos do país¹⁰⁴, se tudo isto pode ser conferido mesmo a um olhar mais ligeiro, a criação da ABREM — Associação Brasileira de Estudos Medievais¹⁰⁵, para ficarmos no âmbito do tema deste artigo, representou um alento para os medievalistas brasileiros, quando menos porque longamente gestada e muitíssimas vezes adiada. Motivos da relutância? Dentre vários outros, os historicamente acima assinalados, nos quais se mascaram os empecilhos da burocracia.

A ABREM foi oficializada em cartório em 1996, decisão tomada no *I Encontro Internacional de Estudos Medievais* (EIEM), realizado na USP em 1995 e do qual participaram três Universidades públicas, a UNICAMP, a UNESP e a USP, as quais, unidas no mesmo propósito, nomearam seus coordenadores gerais, encarregados de colocar no papel o projeto inaugural. Conquanto, ao longo desses dez anos, várias medidas tenham sido tomadas para mais claramente delinear o perfil da Instituição, desde o início um objetivo esteve sempre na pauta das prioridades: era e é imprescindível que os estudiosos brasileiros da Idade Média deixassem de trabalhar isoladamente (situação em grande parte decorrente do gigantismo e das diferenças regionais do Brasil), que se dessem a conhecer e às suas investigações, que tivessem um espaço centralizador e articulador da troca de idéias, diálogo esse que pudesse se estender a organizações estrangeiras equivalentes.

Tal intenção, unanimidade entre os hoje 350 sócios¹⁰⁶, vem se concretizando com inequívoco sucesso: os EIEMs são bienais (em 2007, realizou-se em Fortaleza / CE, o VII Encontro Internacional) e sediados, rotativamente, em diversas capitais do país, com os respectivos

¹⁰² www.capes.gov.br

¹⁰³ www.fapesp.br

¹⁰⁴ Uma consulta aos três endereços fornecidos nas notas 101, 102 e 103 poderá dar conta do número de universidades brasileiras, bem como de sua localização e produção científica.

¹⁰⁵ <http://www.abrem.org.br>

¹⁰⁶ O número oscila para mais e para menos, mas nunca esteve abaixo de 300 sócios regulares.

Anais já devidamente editados; a revista *Signum* (ISSN 1516-6295) — única publicação nacional no gênero — é anual e lançou seu 9º número em 2007; o *Jornal* semestral (agora *on-line*) procura acompanhar os estudos medievais no Brasil e no mundo; a página na internet é atualizada mensalmente; mantém-se correspondência com 40 instituições no Exterior, latino-americanas, americanas e europeias, o que tem permitido a presença de colaboradores de outras procedências em várias de nossas atividades (em sua seção de artigos, a *Signum* traz três de especialistas nacionais e três de estrangeiros, equilíbrio que se procura manter também quanto aos conferencistas convidados aos EIEMs); por último, para atender à demanda de um público não acadêmico mas nem por isso menos interessado na Idade Média, a ABREM tem fornecido, semestralmente, Cursos de Extensão à Comunidade, dos quais não raro resultam novas adesões à Associação.

Graças a essas iniciativas, a identidade dos medievalistas brasileiros, com suas pesquisas individuais e/ou com seus grupos de trabalhos, está hoje relativamente mapeada: pelos centros universitários de norte a sul do país espalham-se os PEM —Programa de Estudos Medievais, alguns deles já antigos e com boa atuação, como no Rio de Janeiro, em Niterói, em Vitória, em Belo Horizonte, em Curitiba, em Salvador, em Brasília, outros mais recentes e não menos empenhados, como o LEME/USP —Laboratório de Estudos Medievais, ou o que agora implanta o modelo na UEMA —Universidade Estadual do Maranhão. A CBFM —Comissão Brasileira de Filosofia Medieval, que em 2006 completa seu jubileu de prata, tem exaustivo trabalho de tradução e divulgação de fontes, principalmente franciscanas¹⁰⁷; a ANPUH —Associação Nacional de Professores de História, que existe desde 1961¹⁰⁸, criou um GT (Grupo de Trabalho) especialmente dedicado à Idade Média, no que foi imitada, recentemente, pela ANPOLL —Associação Nacional de Professores de Língua e Literatura¹⁰⁹, em cujo quadro passou a funcionar um GT de estudos medievais; o Instituto Brasileiro de

¹⁰⁷ Grande parte destas traduções têm sido realizadas por ou sob a responsabilidade de Luís Alberto De Boni, ex-Presidente da ABREM, e podem ser localizadas no site da Editora da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, <http://ultra.pucrs.br/edipucrs>.

¹⁰⁸ www.anpuh.org

¹⁰⁹ www.anpoll.org.br

Filosofia e Ciências Raimundo Lúlio¹¹⁰, em São Paulo, ramo da instituição sediada na Catalunha, vem estudando, traduzindo e publicando os principais títulos desse filósofo do século XIII. No Rio de Janeiro e em Niterói, um Núcleo de Estudos Galegos dedica-se, dentre outras atividades, ao galego-português e ao medievo da Galiza, com suas repercussões na Literatura Brasileira.¹¹¹ No interior paulistano, em centros menores como Campinas, Assis, Franca e Araraquara (nesta última cidade nasceu a ABREM), a UNICAMP e a UNESP mantêm ativo o gosto pela Idade Média. Na PUC/SP, o NPO — Núcleo de Poéticas da Oralidade, centrado nas linhas de pesquisa popularizadas por Paul Zumthor¹¹², tem voltado os olhos para a força das raízes medievais no folclore nordestino e na tradição oral de outras regiões.¹¹³

No intuito de satisfazer a seus propósitos mais imediatos, a ABREM realizou duas publicações que colaboraram para uma espécie de termômetro do "estado da questão" nacional — sem cuja aferição seria impossível traçar diretrizes: 1. *Fontes primárias da Idade Média — Séculos V-XV*¹¹⁴, que verificou nos acervos das bibliotecas brasileiras os repertórios documentais e as fontes à disposição do pesquisador, embora nem todas as regiões pudessem ser visitadas¹¹⁵; 2. *Os estudos medievais no Brasil. Catálogo de Dissertações e Teses: Filosofia, História e Letras (1990-2002)*¹¹⁶, que, como o título indica, pôde constatar

¹¹⁰ <http://www.ramonlull.net/portal.html>

¹¹¹ *Poesia medieval no Brasil*, org. de Maria do Amparo Tavares Maleval, Rio de Janeiro, Ágora da Ilha, 2002.

¹¹² A principal tradutora de Zumthor no país é Jerusa Pires Ferreira, Diretora do NPO.

¹¹³ O NPO procura prosseguir na trilha aberta, em solo brasileiro, por Luís da Câmara Cascudo, cujas obras e sua repercussão nos meios letrados podem ser conferidas em publicação recente: *Dicionário crítico Câmara Cascudo*, org. Marcos Silva, São Paulo, Perspectiva, 2003. Ver, ainda, Lígia Vassallo, *O sertão medieval. Origens européias do teatro de Ariano Suassuna*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1993; Idelette Muzart F. dos Santos, *Em demanda da poética popular. Ariano Suassuna e o movimento armorial*, Campinas-SP, Editora da Unicamp, 1999.

¹¹⁴ Org. L. M. Mongelli, São Paulo, Íbis, 1999 (vs. I e II), 2005, (v. III).

¹¹⁵ V. I: Brasília / Goiás / Pará / Paraná; Rio de Janeiro; v. II: Rio Grande do Sul / São Paulo — Assis; v. III: São Paulo — capital.

¹¹⁶ Org. J. R. Macedo, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

que apenas a partir da década de 90 do século XX o interesse pela Idade Média se ampliou¹¹⁷ e reverteu em trabalhos acadêmicos efetivos.

Antes de passarmos à análise vertical dessa radiografia obrigatoriamente descritiva, é bom assinalar que os ventos favoráveis que parecem soprar para os lados da medievalista no Brasil não são fato isolado e se inscrevem em conjuntura bem mais ampla. A par das facilidades que a internet colocou à disposição do estudioso impossibilitado de deslocar-se ao estrangeiro, trazendo para dentro de casa muitos dos títulos inacessíveis das riquíssimas bibliotecas européias e americanas, as editoras brasileiras, talvez bafejadas pela força das renovações operadas no circuito dos estudos humanísticos nos últimos trinta anos, têm publicado, com bastante assiduidade, não só as obras consideradas "clássicas" de medievalistas do passado¹¹⁸, como as novidades recentes na Historiografia mundial, na Antropologia, na Etnologia, na Sociologia, na Psicologia, na Linguística, na Filologia e na Semiótica, na Filosofia, na História das Religiões, na Mitologia —para ficarmos apenas nos assuntos mais diretamente afins do aqui tratado. Se é impossível acompanhar o dinamismo da produção estrangeira, principalmente no que diz respeito às publicações em periódicos, ela está, contudo, bem representada por autores e obras fundamentais —franceses, espanhóis, italianos, ingleses e portugueses, antes que outros.

A tomarmos por base o que até aqui se disse, a impressão é a de que as arestas foram podadas e a ABREM, alinhada à modernidade, pode repousar sobre seus andaimes, uma vez firmados alguns alicerces que garantem a possível solidez da construção. Contudo, como toda realidade é sempre no mínimo bifronte¹¹⁹, o muito que já se fez não representa sequer um décimo do que há por fazer, carências que, a partir da-

¹¹⁷ É na década de 80 que acontece no Brasil o primeiro Congresso tendo por tema a Idade Média.

¹¹⁸ Por exemplo, a citada Editora carioca Lucerna, sob direção de Evanildo Bechara, tomou a iniciativa de "reeditar obras esgotadas sobre Linguística, Filologia e Literaturas de Língua Portuguesa", meta que já nos devolveu, embora em reedições de tiragem bastante restrita, medievalistas exponenciais como Carolina Michaëlis de Vasconcelos, José Leite de Vasconcelos, Henry R. Lang, A. A. Cortesão, dentre outros.

¹¹⁹ Assim a compreenderam as doutrinas antigas assentadas no princípio filosófico do dualismo: H. Schlessinger e H. Porto, *Dicionário enciclopédico das religiões*, Petrópolis, Vozes, 1995, v. I, p. 882.

queles antecedentes históricos supra analisados, mostram a resistência de certos vícios, os quais repercutem em nós enquanto pesquisadores do medievo.

O primeiro ponto a considerar seria paradoxal, não fossem os meandros que o esclarecem: conforme testemunha o levantamento das *Fontes Primárias*¹²⁰, ainda é muitíssimo precária a situação das bibliotecas brasileiras para o estudo da Idade Média. Os oito Estados contemplados pela pesquisa —com acervos lacunares e desiguais— são uma parte ínfima dos 26 que totalizam a União, tendo os demais ficado à margem, em sua maioria, por ausência de qualquer núcleo documental e, até, de fontes historiográficas secundárias —em que pese ao referido investimento atual das editoras na área. O descaso é antigo e tem muitas facetas: o inegável descompasso entre o Ensino Médio e os cursos de Graduação, levando às universidades alunos mal preparados e mal instrumentados¹²¹, futuros pesquisadores desmotivados e professores que perpetuarão os erros; a orientação equivocada de órgãos superiores como o MEC, cujas "resoluções" e "parâmetros" sugerem que se estude "o presente do aluno", porque "mecanismo pedagógico" mais fácil de situá-lo no tempo e no espaço —o que evidentemente condiciona toda uma série de publicações didáticas e de compromissos editoriais, esvaziando as prateleiras das escolas de títulos que remontem a passado mais recuado¹²²; na seqüência, não há o menor estímulo para que os autores desses livros de divulgação incluam neles a Idade Média.

¹²⁰ Ver notas 114 e 115.

¹²¹ Um exame atento da concepção dos Ensinos Fundamental e Médio no país pode ser realizado através do site do MEC — Ministério de Educação e Cultura, <http://portal.mec.gov.br>

¹²² Tratei do assunto no artigo "A quem se destinam os estudos medievais no Brasil?", em *Atas do III Encontro Internacional de Estudos Medievais da ABREM*, org. de M. do Amparo T. Maleval, Rio de Janeiro, Editora Ágora da Ilha, 2001, pp. 146-154. No site fornecido na nota anterior, constata-se que pouca coisa mudou desta data para cá, como se percebe, por exemplo, na lista de livros indicados pela SEB (Secretaria de Educação Básica) para o Ensino Médio — rol que nada tem de orgânico — ou pelo teor das publicações que oferecem, hoje, as *Orientações curriculares para o Ensino Médio* (em três volumes: v. 1, *Linguagem, código e suas tecnologias*; v. 2, *Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias*; v. 3, *Ciências Humanas e suas tecnologias*).

Círculo vicioso, do qual só agora — e a ABREM tem algum papel nisso — se começa muito lentamente a escapar.

Os ecos desses entraves chegam, como seria de esperar, à pós-graduação: o *Catálogo de Dissertações e Teses*¹²³ mostra a restrição das pesquisas sobre o medievo às áreas de Filosofia, Letras e História — com os principais centros formadores localizados no sudeste do país — sendo que dos 333 trabalhos registrados ao longo de doze anos, 147 são de Letras, repartidos entre Língua e Literatura, 122 de História, com preferência pelo período da Idade Média Central e pelo viés da História das Mentalidades, e 60 de Filosofia, com ênfase em Agostinho e nos séculos XII / XIII. Fora desses três pólos, há um estudo de Música medieval, dois de Direito e outro de Teologia. Essa diferença quantitativa reconduz aos desacertos da política oficial da Educação: por exemplo, como a Filosofia foi banida do Ensino Médio¹²⁴, não há mercado para absorver os filósofos recém-formados e nem público para além dos muros acadêmicos.

Não é de estranhar, então, que ainda sejam escassas as obras publicadas por medievalistas brasileiros¹²⁵ (embora haja vários estudos densos, rigorosos, originais, premiados dentro e fora do país), e nem que disciplinas complementares importantes como o Grego, o Latim, a Paleografia, a História da Arte, a Antropologia ou a Sociologia não tenham, até agora, mirado a Idade Média com o vagar necessário.¹²⁶

¹²³ Ver nota 116.

¹²⁴ Ver nota 121. Foi pensando em voltar a refletir sistematicamente sobre ela e sua importância no medievo que Márcia Sá Cavalcante Schuback escreveu *Para ler os medievais. Ensaio de hermenêutica imaginativa*, Petrópolis, Vozes, 2000.

¹²⁵ Dando prosseguimento ao programa de identificar a pesquisa medievística no Brasil, a ABREM preparou, sob responsabilidade de Maria do Amparo Tavares Maleval, atual Presidente da Associação, outro Catálogo, listando os livros publicados por autores nacionais sobre a Idade Média. Vid. o *site* da Associação, nota 105.

¹²⁶ Com relação aos núcleos temáticos de apelo entre os pesquisadores, o “Índice de assuntos” do *Catálogo de Dissertações e Teses* mostra que o maior número de ocorrências concentra-se em torno de cinco motivos: a concepção de realeza e o pensamento político (48 trabalhos), o imaginário e o maravilhoso (36), o herói e o ideário cavaleiresco (31), a figura da mulher (25) e a religiosidade (17). A estatística aponta claramente para um certo tipo de gosto e para um certo tipo de leitura, acentuadamente marcados por modismos populares, a que não é estranha inclusive a influência da linguagem cinematográfica e sua arbitrária manipulação dos fatos históricos.

Portanto, o saudável contato dos pesquisadores nacionais entre si, que a ABREM vem há dez anos intermediando, não atingiu a esperada dimensão de uma interdisciplinaridade que significasse, de fato, discussão e utilização de novas metodologias. E nem se detecta, como procedimento habitual generalizado, a leitura correta das fontes (mesmo que escassas, elas existem!)¹²⁷, sem o que muitos "medievalistas" se condenam à superfície ou à distorção.¹²⁸

Os *Anais* dos Encontros Internacionais promovidos pela ABREM, porque congregando a cada dois anos grupos muito heterogêneos de estudiosos, entre discentes em início de carreira até professores experimentados e com currículo de mérito, têm o dinamismo necessário a uma análise do exercício do medievalismo no Brasil que se queira atualizada. Considerando-se que houve notória evolução na qualidade de mesas-redondas e de comunicações entre os textos do I EIAM e os do V EIAM —quando menos porque a ABREM tem estado cada vez mais rigorosa em seus critérios de seleção— tomemos o penúltimo¹²⁹ como base documental para avaliação, mesmo que fatalmente parcial, do que por aqui se tem feito acerca da Idade Média. Mais uma vez se constata que Letras (20 comunicações) / História (21) / Filosofia (13) foram as áreas presentes e que a Música (2) e o Latim (1) medievais pelo menos se fizeram lembrar, assim como a medievística alemã (1).

Focalizando especificamente as Letras —recorte necessário a este examinador e ao espírito da *Revista de Poética Medieval*— a História do português arcaico, as *Cantigas de Santa Maria* e o Romanceiro

¹²⁷ No caso da lírica trovadoresca galego-portuguesa —tema de predileção nacional, talvez porque incluído nos exames vestibulares de acesso à Universidade— embora os três *Cancioneiros* das fontes manuscritas estejam publicados em edição fac-similada, ainda se continua a trabalhar preferentemente com antologias.

¹²⁸ Recentemente, Joseph Morsel chamou a atenção para o perigo de não se olhar a sociedade medieval do ângulo das pessoas que a viveram, a começar pela questão semântica do vocabulário de que se serviam: "La construction sociale des identités dans l'aristocratie franconienne aux XI^e et XII^e siècles. Individuation ou identification?", em *L'Individu au Moyen Âge*, org. de B. M. Bedos-Rezak e D. Iogna-Prat, Paris, Aubier, 2005, pp. 79-99. Preocupação idêntica manifesta Carlos Clamote Carreto, *Figuras do silêncio. Do inter/dito à emergência da palavra no texto medieval*, Lisboa, Estampa, 1996.

¹²⁹ *Anais do V Encontro Internacional de Estudos Medievais*, org. de Célia Marques Telles e Risonete Batista de Souza, Salvador, Editora Quarteto, 2005.

Tradicional, com suas ramificações pelo Nordeste brasileiro, foram o centro de atenção, seguidos da idéia de permanência do medievo na "longa duração", do *Tristão* de Bérout e do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, dentre alguns mais. As mesas-redondas (10 ao todo: 6 de Letras e 4 de História), reunindo pesquisadores mais tarimbados, versaram este mesmo rol temático. Quanto aos trabalhos de Língua, a perspectiva adotada é a da Linguística diacrônica ou a do descritivismo sincrônico, em estreita colaboração com a Filologia, como requer a moderna direção da Crítica Textual¹³⁰; quanto aos de Literatura, há uma forte tendência para se tomar a ficção por realidade "verdadeira" e não realidade "possível"¹³¹, quiçá devido à desatualização bibliográfica, à sua escassez, ou, ainda, a escolhas indiscriminadas, inadequadas ao objeto —o que antes o camufla do que esclarece.

Em pelo menos 50% das comunicações a questão do método deveria ser revista: as análises são exógenas, vão da teoria ao texto e não o contrário, numa indesejável inversão do caminho crítico. Mal observado nos pormenores, mal "pressentido" nas significações, o documento é tratado como uma espécie de "campo de experimentação" para teorias e conceitos diversos, não raramente a ele superpostos. A bibliografia de apoio costuma ter função de *auctoritas*, impermeável a qualquer juízo crítico, eximindo o pesquisador de submeter o texto à sua óptica pessoal e de formular a partir dele "um problema"¹³², que, gerando argumentos novos ou reexaminados à luz do indispensável trabalho comparativo, contribuiria de fato para o avanço do estudos medievais

¹³⁰ Ivo Castro, "O retorno à filologia", em *Miscelânea de Estudos Lingüísticos, Filológicos e Literários In Memoriam Celso Cunha, ob. cit.*

¹³¹ Ver as interessantes distinções entre "personage e personne" de que trata Dominique Demartini: "Les discours amoureux dans le Tristan en prose. Miroir et mirage du «je»", em *L'individu au Moyen Âge, ob. cit.*, pp. 145-165; e, ainda, R. Dragonetti, *Le mirage des sources: l'art du faux dans le roman medieval*, Paris, Seuil, 1987.

¹³² Nos termos de Marc Bloch, "A observação histórica", em *Apologia da História ou o ofício do historiador*, Rio de Janeiro, Zahar, 2001, pp. 69-87. E vale lembrar Jacques Le Goff: "A sua única habilidade [do historiador] consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos". "Documento / monumento", em *História e memória*, 4ª ed., São Paulo, Editora da Unicamp, 1996, p. 536.

no Brasil. Desse ângulo, o plurívoco acervo do cordel nordestino, por exemplo, muito teria a ganhar se não se confundisse comparativismo genético —nas fronteiras da Etnografia, da sócio-lingüística, da Antropologia— com paráfrase de fontes. Ou, na esfera das relações entre Idade Média e Contemporaneidade —que se beneficiaram da idéia de um medievo tardio e da linguagem simbólica para expandir-se indiscriminadamente— seria salutar distinguir a simples "coincidência temática", tão própria de intertextualidades literárias com seu "mosaico de citações"¹³³, e «estruturas profundas» que justificassem aproximar coisas de fato aparentadas entre si.¹³⁴ No extremo, é falha de interpretação: já ensinavam Tomás de Aquino e a Escolástica¹³⁵ que é preciso fazer perguntas ao texto —ou melhor, "saber fazer perguntas"— para que ele enfim nos mostre o que oculta e vejamos na opacidade.

Do mesmo modo que a ABREM nos tem permitido diagnosticar as "doenças" endêmicas da prática intelectual brasileira no campo da medievalidade, ela também vem podendo trazer para o conhecimento de todos o amplo e assíduo trabalho de alguns, como o da já citada CBFM, empenhada na tradução de fontes latinas ao português. Em Belo Horizonte, capital mineira, o grupo de Ângela Vaz Leão há vários anos se dedica ao estudo das *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso X, o Sábio, sendo numerosos os mestrados e doutorados ali concluídos. Dentre eles, sobressai a tese de Bernardo Monteiro de Castro, *As cantigas de Santa Maria: um estilo gótico na lírica ibérica medieval*¹³⁶, que recebeu do CNPq o prêmio de Melhor Texto produzido em Pós-graduação

¹³³ Julia Kristeva, *Introdução à semanálise*, São Paulo, Perspectiva, 1974.

¹³⁴ Abusos como tratar do "medievalismo" de Caetano Veloso, popular cantor e compositor brasileiro ativo, bem mostram os excessos a que tem servido o conceito histórico e filosófico da "longa duração", na contramão das ponderações de Claude Lévi-Strauss em artigos fundamentais como "Sentido e uso da noção de modelo", em *Antropologia estrutural 2*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1993, p. 79.

¹³⁵ Em defesa da analogia metafórica como instrumento metodológico adequado também à Teologia (e não só à Poética). *Suma Teológica*, 2ª ed., trad. de Alexandre Corrêa, Porto Alegre, Livraria Sulina Editora, 1980, Questão I, art. IX, v. 1, p. 11 e ss.

¹³⁶ O trabalho está publicado em livro, com o mesmo título, Newark-Delaware, Juan de la Cuesta, 2005. E também este o título de uma recente edição nacional: Niterói, Editora da universidade Federal Fluminense, 2006, integrando a Coleção "Estante Medieval"; sob direção de Maria do Amparo Tavares Maleval.

no ano de 2004. Conforme o próprio autor diz no "resumo" de abertura, ele toma as CSM por "literatura gótica", significando: "a análise do texto não é feita de acordo com os traços arquitetônicos formais, mas segue o ponto de vista apresentado por Camille no livro *Gothic art*.¹³⁷ Nessa obra, o estilo gótico é visto como uma nova forma de apresentar o espaço, o tempo, Deus, a natureza e o 'si mesmo', o que o autor exemplifica, principalmente, no campo da arquitetura e no campo das artes plásticas". Trabalhando nos interstícios da interdisciplinaridade, Monteiro de Castro o faz de um viés cultural que ilumina aspectos enigmáticos das cantigas.

Em Salvador, Bahia, a Filologia Românica tem adeptos fiéis e zelosos. Rosa Virgínia Mattos e Silva publicou *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do Português arcaico*¹³⁸, estudo que se ramificou em outros subseqüentes e que apontam para a mesma linha de investigação de Celso Cunha, com quem outrora manteve diálogo. A "escola" baiana, congregando numerosos adeptos, anuncia auspicioso empreendimento: o Convento dos Franciscanos da cidade de Olinda, que tem um acervo de fontes antigas inacessível ao grande público, está negociando com as autoridades locais a possibilidade de entregar esse material à responsabilidade dos filólogos da Universidade Federal da Bahia para publicação.

Se a disciplina de História Medieval é, no Brasil, pioneira em revitalizar o interesse pela Idade Média —período tão marcado pelas nossas vicissitudes identitárias de "povo jovem", conforme se assinalou— o corpo docente e discente da Universidade de São Paulo, para citar um dos conjuntos de destaque no país¹³⁹, vem trabalhando afinado com pesquisadores europeus, sendo evidente a preferência pela escola francesa dos *Annales* e sua face mais atraente, a Antropologia Histórica¹⁴⁰. É ali,

¹³⁷ Michael Camille, *Gothic Art*, Londres, The Everyman Library, 1996.

¹³⁸ Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989. Três anos antes, Antônio Geraldo da Cunha publicava, incompleto, o *Índice do vocabulário do Português medieval*, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, obra que em 2002 foi concluída e saiu em CD-Rom, pela mesma Editora.

¹³⁹ No site citado na nota 100, o *link* referente ao Departamento de História da USP nomeia seus professores.

¹⁴⁰ Confira-se *Les tendances actuelles de l'histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne*, dir. de Jean-Claude Schmitt e Otto Gerhard Oexle, Paris, Publications de la Sorbonne, 2003. A propósito desse balanço, realizou-se na USP, em outubro de

na USP, que —limitações à parte— o rigor científico no manuseio de fontes primárias vem sendo, no geral, praticado como dever de ofício e não exceção de eleitos. Às Letras também se estende essa postura acadêmica que procura ser mais severa e criteriosa: o texto modernizado de *A Demanda do Santo Graal*, sob os cuidados de Heitor Megale, tem sido considerado confiável pela crítica internacional.¹⁴¹

Em suma, observa-se sem mistificação serem ainda, apesar dos esforços, bem mais marcantes os "baixos" do que os "altos" em nosso modo brasileiro de encarar, estudar e compreender a Idade Média, sendo unanimidade as más condições materiais de pesquisa e o parco apoio institucional acadêmico como obstáculos a mudanças e progressos. Essa cristalina constatação pode levar a dois caminhos: ou cruzamos os braços e deixamos a carruagem passar, sem tomar as rédeas ao condutor, ou aprendemos que nenhuma nação é livre —nosso sonho inefável de "ex-colônia"— até que dê o primeiro passo para desvelar suas raízes. Esse, a ABREM já o deu; que a estrada, no futuro, lhe permita trânsito menos turbulento.

Franco Jr. Hilário, Yara Frateschi Vieira y Lênia Marcia de Medeiros Mongelli, "Estudos Medievais no Brasil", *Revista de poética medieval*, 21 (2008), pp. 177-219.

RESUMO: O presente trabalho trata de três aspectos ligados aos estudos medievais no Brasil: 1) a necessidade de reconhecer a contribuição medieval na formação da nação e as suas continuidades ao longo dos séculos XVI-XXI;

2003, sob org. de Eliana Magnani, Hilário Franco Júnior e Flávio de Campos, o *Le Moyen Age vu d'ailleurs II. Historiografia e pesquisas recentes* (IEA — Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, série Ciências Humanas, História nº 11, setembro de 2004), evento que em novembro de 2006 promoveu, em Buenos Aires, sua quarta e última edição (a primeira foi em Paris e a terceira, em Madri), visando a colocar em contato pesquisadores brasileiros, argentinos, espanhóis, portugueses e franceses.

¹⁴¹ São Paulo / Editora da Universidade de São Paulo, 1988. Do mesmo autor, *A Demanda do Santo Graal. Das origens ao códice português*, São Paulo, Ateliê Editorial, 2001. A Associação de Pesquisadores do Manuscrito Literário (APML), fundada em 1985, ramo do NAPCG (Núcleo de Apoio à Pesquisa em Crítica Genética — <http://www.fflch.usp.br/dlm/napcg>), tem trabalhado inclusive com textos medievais.

2) a herança que nos legou a primeira fase de desenvolvimento desses estudos no país; e 3) a situação atual dos estudos medievais no Brasil, as dificuldades que ainda encontram e as projeções que se podem fazer para o futuro.

ABSTRACT: The present study deals with three aspects related to the medieval studies in Brazil: 1) the need to recognize the medieval contribution on the formation of the nation, and its continuities through the 16th-21th centuries; 2) the legacy that we received from the first phase of development of these studies in the country; 3) the present situation of the medieval studies in Brazil, the difficulties they still face, and the projections that can be made as to the future.

PALAVRAS CHAVE: História. Filologia. Crítica literária. Medievalismo. Estudos Comparados.

KEYWORDS: History. Philology. Literary Criticism. Medievalism. Comparative Studies.